



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO TURISMO NA APA DO GUAIBIM,
VALENÇA-BA: Educação Ambiental como o caminho para minimizá-los

Por

ANDRÉ LUIS COUTINHO LOUREIRO

NAZARÉ PAULISTA-SP, 2017



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO TURISMO NA APA DO GUAIBIM,
VALENÇA-BA: Educação Ambiental como o caminho para minimizá-los**

Por

ANDRÉ LUIS COUTINHO LOUREIRO

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

Profa. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Andrea Rabinovici

Prof. Dr. Alexandre Uezu

**TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

**IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS
NAZARÉ PAULISTA-SP, 2017**

Ficha Catalográfica

Loureiro, André Luis Coutinho

Impactos ambientais causados pelo turismo, na APA do Guaibim, Valença-BA: Educação Ambiental como o caminho para minimizá-los, 2017. 75p.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

1. Conservação ambiental
2. Impactos do turismo
3. Juventude da APA do Guaibim

BANCA EXAMINADORA

Nazaré Paulista, 8 de Agosto de 2017

Profa. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Andrea Rabinovici

Prof. Dr. Alexandre Uezu

Dedico este trabalho aos meus filhos, minha razão de viver.

AGRADECIMENTOS

Uma lauda é muito pouco para agradecer tudo que aconteceu comigo nesse período do mestrado. Primeiro, o amor e a cumplicidade de minha esposa Geisa, por sua atitude altruísta de abrir mão do curso para que eu pudesse cursar, mas o destino já tinha determinado que esse título fosse nosso.

Agradeço a todos que conheci durante o curso, não citarei nomes para não ser injusto e esquecer pessoas importantes que ajudaram a traçar parte de minha história e trajetória nesse mestrado.

Agradeço também a toda a equipe do IPÊ/ESCAS, pela acolhida e apoio.

Agradeço ao paizão da turma “Seu Paraíso”, pelo carinho e atenção durante todo o curso, a Cristiana, pela dedicação e conforto em meio aos meus surtos de ansiedade.

Agradeço também aos meus colegas de turma. Ô povo doido! Sentirei saudades.

Estendo também à Prefeitura Municipal de Valença, por ter aberto as portas para a realização de minha pesquisa. Às escolas que trabalho, pela liberação e a boa vontade dos gestores para que eu pudesse ir a Serra Grande assistir às aulas.

Não poderia deixar fora dessa lista meus grandes orientadores, pela atenção, paciência e boa vontade, por dispensar parte de seu precioso tempo para mim. Fico muito honrado em ter nomes de excelência me orientando para que eu chegasse a excelência.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos	13
1.1.1 Objetivo geral:.....	13
1.1.2 Objetivos específicos:	13
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	14
2.1 Turismo e turismos	14
2.2 Turismo em Unidades de Conservação (UCs)	17
2.3 Educação Ambiental (EA) para o Ecoturismo	18
2.4 Os jovens e o meio ambiente	25
3 METODOLOGIA	34
3.1 Região de estudo	34
3.2 Seleção e operacionalização de variáveis:	37
3.3 Público alvo	38
3.4 Interesses de acordo com cada segmento	38
3.5 Educação Ambiental.....	39
3.6 Condições ambientais locais	39
3.7 Esboço de instrumentos.....	39
3.7.1 Desenho amostral.....	39
3.7.2 Aplicação do instrumento piloto e controle de variáveis.....	40
3.7.3 Processamento e análise dos dados.....	40
3.7.4 Interpretação dos dados.....	41
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1 Turistas:.....	41
4.2 Comunidade:.....	42
4.3 Empreendedores:.....	43
4.4 Jovens:	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55

6 RECOMENDAÇÕES	57
6.1 Desenvolvimento de oficina de educação ambiental através de roteiro de desdobramento.....	57
6.2 Planejamento:.....	58
6.3 Processo:.....	59
6.4 Produto:	60
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE A	67
APÊNDICE B	69
APÊNDICE C	72
APÊNDICE D	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ações estratégicas para alcançar os objetivos da Política Nacional de Ecoturismo.....	20
Figura 2: Mapeamento do uso e ocupação do solo da APA de Guaibim.....	37
Figura 3: Mapa conceitual apresentando as relações entre as variáveis envolvidas na esquisa.....	41
Figura 4: Relação entre Turismo e renda na cidade.....	47
Figura 5: Comportamentos dos turistas com impactos negativos.....	48
Figura 6: Correlação entre escolaridade dos moradores e com a percepção de como o turismo é oferecido.....	49
Figura 7: Correlação entre escolaridade dos turistas e preparo ambiental da região para receber os turistas.....	51
Figura 8: Opinião dos turistas sobre pontos a melhorar na cidade.....	52
Figura 9: Tipos de melhorias necessárias na cidade.....	54
Figura 10: Perspectiva dos jovens para o futuro.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparação entre os tipos de turismo sustentável	15
Quadro 2: Etapas da metodologia para a Educação Ambiental baseada no Diagnóstico para a Resolução de Problemas	19
Quadro 3: Etapas da metodologia para Educação Ambiental baseada no Planejamento, Processo e Produto - PPP	20

RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO TURISMO, NA APA DO GUAIBIM, VALENÇA-BA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO O CAMINHO PARA MINIMIZÁ-LOS

Por

ANDRÉ LUIS COUTINHO LOUREIRO

Junho, 2017

Orientadores: Profa. Dra. Suzana Machado Padua; Profa. Dra. Andrea Rabinovici;
Prof. Dr. Alexandre Uezu

Considerando a degradação ambiental existente nos ecossistemas da atualidade, podemos elencar inúmeras causas relacionadas à presença humana. Uma delas, ainda que seja atividade econômica muito explorada, é o turismo que, ao acontecer desordenadamente e em grande escala, em alguns locais pode contribuir para a sua degradação. Desse modo, esse trabalho tem como objetivo identificar quais são os impactos negativos causados pelo turismo na APA do Guaibim, Bahia, e como minimizá-los através da atuação e do envolvimento de jovens da comunidade. Especificamente, diagnosticar os possíveis impactos ambientais causados pelo turismo na localidade, identificando seus principais atores, para propor alternativas de intervenções que minimizem os impactos negativos na atividade turística dessa Área Protegida. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo com aplicação de questionários às pessoas da comunidade local, jovens, turistas e comerciantes. As falas dos entrevistados, de modo geral, desvelaram um desejo maior de participação do governo local com relação ao descaso com o turismo, bem como, aventaram a possibilidade de saída, cada vez maior, da população jovem para outras localidades em busca de melhores condições de empregabilidade, pois esses jovens sabem o que podem melhorar para tornar o local atrativo para o turismo e para ser conservado, mas precisam ser incentivados a gostar do local onde vivem e a cooperar. Nesse sentido, como produto final idealizou-se a criação, por parte dos jovens, de uma agência de turismo baseada no cooperativismo. Ainda que não se trate de uma ideia completamente nova, percebeu-se a potencialidade tanto dos moradores mais jovens, quanto do local para o oferecimento de passeios turísticos que direcionem os visitantes a passar mais tempo no Guaibim e a desfrutar das belezas locais e do comércio e da carnicultura, principal atividade econômica da localidade.

Palavras-chave: Conservação ambiental; Impactos do turismo; Ecoturismo, Juventude da APA do Guaibim.

ABSTRACT

Abstract of the Final Work presented to the Professional Master's Program in Biodiversity Conservation and Sustainable Development as a partial requirement to obtain the degree of Master.

ENVIRONMENTAL IMPACTS CAUSED BY TOURISM, IN THE GUAIBIM APA, VALENCIA-BA: ENVIRONMENTAL EDUCATION AS THE WAY TO MINIMIZE THEM.

By

ANDRÉ LUIS COUTINHO LOUREIRO

June, 2017

Advisors: Profa. Dra. Suzana Machado Padua; Profa. Dra. Andrea Rabinovici; Prof. Dr. Alexandre Uezu

Considering the environmental degradation that is occurring in the ecosystems at this present time, we can list innumerable reasons that always result from the human presence. One of them, although it is a very exploited economic activity, is tourism that, when happening disorderly and in a large scale, in some places can contribute to its degradation. Thus, this work aims to identify the negative impacts of tourism in the Guaibim APA, Bahia, Brazil, and indicate how to minimize them through the participation and involvement of young people in the community. Specifically, the aim is to diagnose the possible environmental impacts caused by tourism in the locality, identifying its main actors, to propose alternatives of interventions that may minimize the negative impacts on the tourist activity of this protected area. The methodology used was the bibliographical research and the field study with application of surveys to people from the local community, youngsters, tourists and commerce professionals. The interviewees' statements, in general, revealed a greater desire for local government participation in relation to the overall disregard for tourism, as well as the increase of the young population wishing to leave to other places in search of better working conditions, because these young people know what they can improve to make the place attractive for tourism and to be better protected, they need to be encouraged to enjoy the place where they live and cooperate. In this sense, as a final product, the idea is to create a tourism agency with the young generation based on cooperativism. Although it is not a completely new idea, this study has identified the potential of many young inhabitants as well as the region, for offering tourist tours that can direct the visitors to spend more time in Guaibim and enjoy both the local beauty and its commerce, especially shrimp farming, the main local economic activity.

Keywords: Environmental conservation; Impacts of tourism; Ecotourism, Youth at the APA Guaibim.

1 INTRODUÇÃO

A degradação ambiental no Brasil remonta do período colonial, quando iniciou a devastação florestal, começando pela exploração do pau-brasil, pela atividade mineradora, pela monocultura da cana-de-açúcar, do café e pela pecuária. Com o passar dos anos, o ser humano reconheceu que suas atividades comprometeram a existência daquilo que a natureza poderia oferecer, pois percebeu que isso afetava não só as questões econômicas, as paisagens, mas também as condições de vida.

Desenvolver e fornecer bens de consumo para a população passou a ser um desafio, diante da necessidade de conservar, pois a produção de bens retira recursos do meio ambiente, que é compreendido como: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981), mas nem sempre isso acontece de forma sustentável.

E é nesse contexto que as atividades econômicas têm buscado, dentro dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente (PNRH), promover o desenvolvimento sustentável, que “é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades” de acordo com o relatório “Nosso futuro comum”, de 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), dirigida pela ex-primeira-ministra norueguesa *Gro Harlem Brundtland*” (NASCIMENTO, 2012).

Ao relacionar esses conceitos, pode-se verificar que qualquer atividade humana deve ser compatível com a conservação da biodiversidade, incluindo o turismo. Uma estratégia que vem se desenvolvendo e dando bons resultados é o entrelaçamento entre iniciativa privada e políticas públicas, ao promover o turismo responsável como fonte de renda para as comunidades e com vista à conservação da área natural a ser utilizada (SANSOLO, 2002).

Considerando esses princípios, vemos que a Área de Proteção Ambiental (APA) do Guaibim, Valença - BA, é uma região com grande potencial turístico, mas explorada de forma a sofrer impactos ambientais negativos que podem

comprometer a conservação ambiental do local. Localizada na região Sul da Bahia, faz parte do município de Valença e possui grande valor ambiental e histórico, por contar com extensa planície litorânea, que compreende a praia de Guaibim e o estuário do rio Jequiriçá e também pelo sítio histórico de Ponta do Curral, que tem esse nome por receber o gado vindo de Portugal no período colonial, pelas igrejas bastante antigas e ruínas como as da primeira fábrica têxtil do Brasil.

Visando identificar meios de mitigar os impactos negativos do turismo, esse trabalho tem como objetivo principal identificar quais são esses impactos e como minimizá-los através da participação e do envolvimento de jovens da comunidade. Especificamente, o trabalho visa diagnosticar os possíveis efeitos ambientais causados pelo turismo na localidade, identificando seus principais atores, para propor alternativas de intervenções que minimizem os impactos negativos na atividade turística dessa Unidade de Conservação (UC). Além disso, através de consulta junto a estudantes de escolas públicas locais, foram verificadas suas perspectivas futuras, de modo a dar a eles a possibilidade de se tornarem agentes modificadores do meio ambiente de sua região.

As informações e os resultados das consultas e das propostas obtidas compõem um material informativo, o qual poderá ser utilizado pelos empreendedores que exploram o turismo da região, autoridades públicas, organizações não-governamentais (ONGs), associações e educadores, visando sanar os problemas encontrados, sem inviabilizar o turismo e a geração de renda para a comunidade.

A realização dessa pesquisa se justifica pela necessidade de construir conhecimentos conjuntamente com a comunidade, sobretudo a parcela jovem, de modo que os interessados se empoderem, valorizem as riquezas naturais e culturais do Guaibim e se sintam responsáveis por garantir o uso sustentável de seus recursos.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral:

Propor uma oficina de Educação Ambiental, para os jovens da APA do Guaibim, através de um roteiro de desdobramentos com a temática dos impactos do turismo sobre o meio ambiente na região.

1.1.2 Objetivos específicos:

- Identificar os principais atores da degradação ambiental na APA do Guaibim;
- Diagnosticar os possíveis impactos socioambientais e econômicos causados pelo turismo na localidade;
- Identificar ações dos empreendedores que promovem a conservação ambiental e garantem o turismo sustentável.
- Analisar como a comunidade compreende o espaço ao seu redor, como se relaciona com o meio ambiente, e se sabe que é uma área de conservação;
- Compreender como a comunidade percebe o turismo na região;
- Verificar as perspectivas futuras dos jovens e sugestões para melhorias locais.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Turismo e turismos

É importante definir o que é o turismo e quais as suas vertentes para que não ocorram equívocos ao utilizar alguns termos que serão descritos a seguir, como forma de operacionalizá-los para o desenvolvimento da pesquisa.

Então, turismo é uma atividade econômica que pode proporcionar entretenimento, lazer e recreação em um local que demanda o deslocamento das pessoas de suas residências até ele. Para não ser caracterizado como um passeio qualquer, deve durar um período maior que 24 horas e envolver dispêndio de dinheiro, para quem pratica e lucros para quem oferta (SEABRA, 2004).

Quando não é bem planejado torna-se potencialmente degradante em termos de cultura, meio ambiente, organização e costumes sociais. Além disso, o fluxo e a concentração de pessoas podem prejudicar gravemente a estrutura física local, que em outro momento teria atraído ou acomodado os turistas (NEIMAN e RABINOVICI, 2010).

O ecoturismo ou turismo sustentável é o turismo que idealmente ocorre de forma harmônica, sem exigências de instalações luxuosas nos alojamentos, e suas atividades são planejadas de modo que o patrimônio natural seja preservado e conservado. Em tese, as pessoas nativas devem ser respeitadas pelas suas características históricas e culturais. Os micros e pequenos negócios são incentivados e os lucros deveriam favorecer o desenvolvimento econômico de forma igualitária.

Nessa modalidade de turismo a chave é a sustentabilidade, que corresponde a aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos da localidade. É uma modalidade de turismo para quem deseja novas experiências e aprendizados em áreas conservadas e/ou preservadas e, em geral, é realizada por pessoas com maior poder aquisitivo, em busca de vivências relacionadas ao ambiente natural e que, dificilmente compreendem os princípios da sustentabilidade.

Para haver coerência com o que está previsto nesta segmentação, a população do local turístico deve estar envolvida nas atividades promovidas e, por isso, também precisa idealmente ter um senso de conservação do ambiente, para garantir que seus negócios sejam mantidos. Por definição, estes segmentos turísticos devem realizar com seu público e outros envolvidos, a Educação Ambiental (SEABRA, 2004; RUSCHMANN, 2004).

De acordo com a PNRH, o turismo é uma atividade com pequeno grau de utilização de recursos naturais e pequeno potencial poluidor (BRASIL, 1981).

O ecoturismo é aquele que promove a diversidade, a integração harmônica entre povos, a sustentabilidades através da Educação Ambiental, interpretação da natureza, infraestrutura adequada e serviços ecoturísticos de qualidade com gestão integral (NEIMAN e RABINOVICI, 2010).

Com a ideia de que no futuro todas as formas de turismo sejam sustentáveis, o turismo pode ser subdividido em modalidades, conforme a área de interesse (MACHADO, 2005). Novos nomes surgem para cada vertente, se confundem e compartilham características, mas acabam se diferenciando, conforme mostra o Quadro 1, mesmo que outros autores agrupem e denominem de forma diferenciada.

As linhas do Quadro 1 apresentam pontos importantes para o planejamento da atividade turística, mas os tipos de turismo sustentável podem ser sintetizados dentro de uma única forma, o turismo alternativo ou ecoturismo. Nessa classificação, então, o ecoturismo não é um tipo e sim um sinônimo de um turismo que tem a ver com a visita das pessoas aos ambientes, motivadas pelas características integrais do local. Diferencia-se apenas do turismo de massa, que visa atender às visitas em larga escala do turismo convencional (NEIMAN; RABINOVICI, 2010).

Quadro 1: Comparação entre os tipos de Turismo Sustentável

Características	Tipos de Turismo Sustentável					
	Ecoturismo	Turismo da Natureza	Turismo Ecocientífico	Turismo Ambiental	Turismo de Aventura	Turismo rural
Interesse	Conservação	Lazer ao ar livre	Pesquisa	Educação Ambiental	Risco controlado	Atividade agropecuária
Ocorrência	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais preservadas ou degradadas	Áreas naturais	Área Rural
Operação	Relação com a manutenção do meio ambiente	Despreocupação quanto a projetos mais diretos de manutenção do ambiente	Diretamente relacionada com a atividade científica	Diretamente relacionada a atividade educativa	Relacionada a atividades desportivas de natureza	Relacionada a atividade turística no meio rural onde há atividade agropecuária
Cuidados	Extremos	Simple	Extremos	Extremos	Básicos	Básicos
Conhecimento do local	Profundo	Superficial	Científicos	Profundo	Apenas para a prática da modalidade esportiva	Superficial
Objetivos	Conhecimento profundo do ambiente natural e cultural	Relaxamento e prazer no ambiente natural	Conhecimento técnico do meio ambiente	Conhecimento do ambiente e das mudanças ocorridas nele	Atividade física na natureza	Lazer no meio rural
Tamanho dos Grupos	Reduzidos	Médios a grandes	Muito reduzidos	Médios a grandes	Reduzidos	Reduzidos a médios
Envolvimento local	Sempre	Não necessariamente	Não necessariamente	Não necessariamente	Ocorre quando necessário para suporte da atividade	Ocorre diretamente com os proprietários
Agentes de turismo	Envolvimento direto com os projetos ambientais	Sem envolvimento com os projetos ambientais	Nem sempre necessários	Envolvimento com Educação Ambiental	Capacitados para a modalidade	Diretamente identificado
Envolvimento cultural	Diretamente identificado	Sem projetos ambientais obrigatórios	Nem sempre são necessários	Não necessariamente	Geralmente não ocorre	Ávido por atividade no meio rural e recepção mais pessoal
Público	Preocupação com as questões ambientais	Desejoso de contato com a natureza	Técnicos, professores, estudiosos	Professores, estudiosos e alunos interessados	Ávido por atividades físicas no meio ambiente natural	Sempre ligados às práticas campeiras
Programas	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Possíveis de realização dentro do espaço natural	Quando ocorrem, apenas relaxamento	Relacionando ações e consequências no ambiente	Sempre ligados às práticas esportivas de risco controlado	Sempre ligados às práticas campeiras

Fonte: MACHADO (2005).

2.2 Turismo em Unidades de Conservação (UCs)

O turismo é uma forma de investir na conservação do meio ambiente que, conforme a Constituição Federal de 1988, também é um direito da coletividade, essencial à qualidade de vida e deve ser preservado para as gerações futuras. Por isso, tem adquirido novos contornos como a inserção da sustentabilidade em sua prática, ainda que seja definido como uma atividade econômica (BRASIL, 1988). Desse modo, surgiu, por exemplo, a prática do turismo em Unidades de Conservação (UCs), ligados ao interesse pela natureza, educação, esportes radicais, fuga dos ambientes urbanos estressantes e recreação (FELIZARDO; CRISPIM, 2007).

O turismo sustentável fornece as premissas para os outros segmentos turísticos, preconizando o uso do patrimônio natural e cultural, sem alterar suas características de forma irreversível, conservando-os e buscando a formação de uma consciência ambiental por meio da interpretação do ambiente e promoção do bem-estar das populações (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Aqueles que exploram o turismo sustentável como fonte de renda têm o compromisso de conservar as condições do local, para que continue existindo no futuro de maneira integral. Isso depende de planejamento e de ações de sensibilização dos visitantes e visitados sobre como minimizar os impactos negativos ao acessar esses ambientes naturais, valorizar as áreas de vida selvagem e gerar renda para as comunidades locais (FELIZARDO; CRISPIM, 2007).

No Brasil, em meados da década de 1980, o turismo se intensificou, mas de uma forma desorganizada e somente para atender a demanda do mercado sem ter qualquer fim social e ambiental. Com isso, o extinto Ministério da Indústria, do Comércio e Turismo (MICT) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) formaram um grupo de trabalho pela portaria Interministerial nº 001, de 20 de abril de 1994, que foi constituído por representantes dos ministérios, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), com o objetivo de desenvolver uma Política e um Programa Nacional de Ecoturismo. A Figura 1 apresenta ações estratégicas para alcançar objetivos capazes de tornar o turismo sustentável mais organizado dentro do país (BRASIL, 1994).

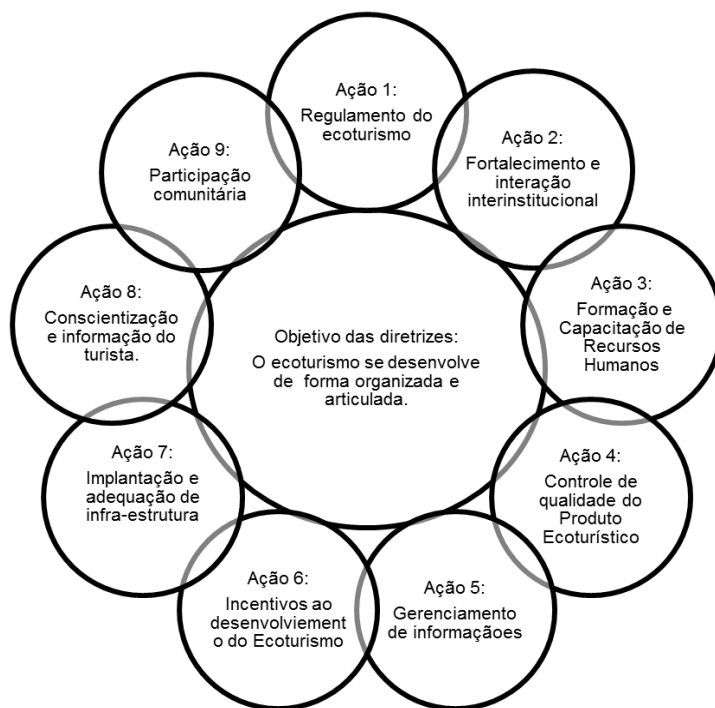


Figura 1: Ações estratégicas para alcançar os objetivos da Política Nacional de Ecoturismo.
Fonte: BRASIL (1994).

Para garantir que o patrimônio natural fosse protegido, juntamente com a conservação da biodiversidade, foram criados parques, áreas de preservação ou UCs e, nesse cenário, a forma de explorar esses espaços de um modo consciente é através de atividades de pesquisa, de educação e do turismo. Merece destaque ainda a relação entre Educação Ambiental, prática que vai muito além dos muros da escola, e turismo sustentável como comportamento basilar para que as estratégias mostradas na figura 1 e que serão debatidas ao longo desse texto com relação à conservação de localidades que recebem turistas surtam efeito.

2.3 Educação Ambiental (EA) para o Ecoturismo

Como ressaltado, o ecoturismo exige a aplicação de estratégias de Educação Ambiental para que possa ser concebido nas UCs de forma que atenda aos princípios da sustentabilidade. Nesse sentido, cabe salientar que a Educação Ambiental (EA) consiste em processos através dos quais o indivíduo e a coletividade podem adquirir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum

do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

Essa mesma legislação define princípios, objetivos e atividades voltadas para a Educação Ambiental, dividindo-a em duas categorias: Educação Ambiental no ensino formal e Educação Ambiental não formal. A primeira está voltada para o âmbito escolar e a segunda para práticas educativas fora da escola, mas que nem sempre estão dissociadas de instituições educacionais, e podem levar para a coletividade questões ambientais que sensibilizam a defesa da qualidade do meio ambiente. É dentro desse contexto que o ecoturismo se torna uma atividade que deve ser incentivada para levar conhecimento a quem visita as Unidades de Conservação.

A Resolução do CONAMA 422/10 estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, destacando que os projetos educativos nessa área devem “mobilizar comunidades, educadores, redes, movimentos sociais, grupos e instituições, incentivando a participação na vida pública, nas decisões sobre acesso e uso dos recursos naturais e o exercício do controle social em ações articuladas” (CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, 2010, p.2).

É interessante citar a metodologia “Diagnóstico para a Resolução de Problemas” desenvolvida por Willian Stapp, dos Estados Unidos, mas com algumas ajustes para o Brasil. O objetivo é buscar junto com a comunidade o que considera que sejam os problemas locais e tentar solucioná-los através de 13 etapas, conforme demonstra o Quadro 2, como descreve Ferrari (2015):

Quadro 2: Etapas da metodologia para EA baseada no Diagnóstico para Resolução de Problemas

Ação	Descrição
1 Planejamento geral da ação	Esboço do que será realizado no projeto, os objetivos, as etapas, a divisão de tarefas.
2 Avaliação do grau de percepção dos participantes quanto aos problemas ambientais.	Saber qual o nível de conhecimento da comunidade quanto à realidade local, através de questionamentos simples, capacitações, uso de recursos didáticos.
3 Diagnóstico	Levantamento dos problemas da localidade onde o educador deve suscitar soluções e estimular a percepção dos problemas ambientais pelos moradores da localidade.
4 Listagem dos problemas identificados	Os participantes devem listar os problemas que conseguem identificar e cada item deverá ser discutido e valorizado.
5 Definição de critérios	Definição coletiva dos critérios para seleção do problema que deverá ser trabalhado pelo grupo.
6 Escolha do problema	Priorização dos problemas identificados de forma consensual.
7 Busca de informações	O grupo deverá ser estimulado a procurar fontes de dados a respeito do problema e depois da pesquisa deverá ter momentos de discussão.
8 Contextualização do problema	O problema mais urgente deverá ser discutido a nível local, de modo que as pessoas percebam que são as causadoras e que tem a força para transformar a situação.
9 Continuação da pesquisa	Após sistematizar os dados existentes poderá ser necessária a complementação através de mais dados que pode ser visitas a outros locais que tiveram o mesmo problema, como forma de ilustrar.
10 Exame das possíveis soluções	As soluções que forem surgindo deveram ser anotadas pelo educador e amadurecidas, para verificar se são factíveis.
11 Definição de critérios para a escolha das soluções a serem implantadas	Os critérios deverão permitir a escolha das soluções que sejam viáveis para o grupo resolver com maior eficiência.
12 Elaboração de um plano de ação/desenvolvimento das ações	O educador deve orientar a construção de um plano de ação que contemple quais as tarefas que devem ser realizadas, custos, ações, cronograma, material necessário, etc.
13 Avaliação do processo de desenvolvimento das ações	Realizada após cada etapa para saber se os objetivos estão sendo alcançados e quais há necessidade de inserir novas atividades.

Outra metodologia é o Planejamento, Processo e Produto - PPP, a qual se baseia em um modelo de avaliação continuada em cada etapa do programa de EA, embora na metodologia descrita anteriormente isso também deva acontecer (PADUA, TABANEZ e SOUZA, 2006). De forma resumida o PPP é constituído de três fases, cada uma contendo etapas e aspectos característicos, conforme o Quadro 3:

[Office1] Comentário: Vc tem que colocar os autores do artigo e não os editores do livro – isso vem nas referências. Acho que é Padua, Tabanez e Souza???

Excluído: CULLEN; RUDRAN; VALLADRES-PADUA

Quadro 3: Etapas da metodologia para Educação Ambiental baseada no Planejamento, Processo e Produto – PPP

PLANEJAMENTO	PROCESSO	PRODUTO
a. Levantamento dos problemas / temas / questões b. Levantamento dos potenciais locais c. Definição dos objetivos Identificação dos públicos-alvo d. Análise dos recursos disponíveis e possíveis parcerias e. Seleção dos instrumentos de avaliação	a. Criação de estratégias / atividades para alcançar os objetivos b. Levantamento de materiais já existentes e/ou elaboração de novos c. Ajuste do cronograma de atividades d. Capacitação de pessoal envolvido e. Integração dos diferentes atores do programa (internos e externos)	a. Avaliação do processo (melhoria do programa) b. Análise de resultados esperados c. Análise de resultados inesperados d. Utilização dos resultados para apoio e. Disseminação dos resultados f. Fortalecimento da busca de apoio com base nos resultados
Cada etapa deve ser avaliada continuamente (avaliação formativa)	Cada etapa deve ser avaliada continuamente (avaliação formativa)	A avaliação geral indica eficácia ou não (avaliação somativa)

Tendo sido bastante difundida no Brasil por ser uma metodologia simples mas eficiente, nela são avaliadas constantemente cada etapa do programa, verificando o que há de positivo e as falhas no projeto de Educação Ambiental desenvolvido. Desta forma, é possível melhorar sua qualidade e abrir oportunidades para novas iniciativas que se mostrem importantes no processo.

Como exemplo, tal metodologia foi implantada no Projeto Mico leão-preto, desenvolvido no Parque Estadual do Morro do Diabo, localizado na Mata Atlântica do extremo oeste do interior de São Paulo. O projeto, de autoria do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, teve como objetivo proteger espécies endêmicas ameaçadas de extinção. Com o processo de avaliação continuada foi possível economizar tempo e recursos, medir conhecimentos e mudanças de atitude em relação à natureza, facilitado pela abordagem informal de aprendizagem e o contato direto com o ambiente natural (PADUA, 1997).

Este exemplo inspira a possibilidade de atuação da comunidade da APA do Guaibim, enquanto agente do processo de implantação de um projeto que atenda tanto aos turistas quanto a população local, uma integração entre a necessidade da atividade turística e do desenvolvimento local onde ambos se beneficiam.

A conscientização da sociedade com relação à conservação do meio ambiente é o meio mais eficaz para o desenvolvimento sustentável. Todos devem e podem participar desse processo através da Educação Ambiental, que pode ser uma maneira mais eficiente de propagar essa ideia. Conforme Varine (2000, p.62), "a natureza é um grande patrimônio da sociedade. Conseqüentemente, a Educação Ambiental se torna uma prática social, com a preocupação da preservação dessa sua riqueza".

Como salientam Charlot e Silva (2005), a relação do ser humano com a natureza existe desde as primeiras aparições dele na Terra. A dita evolução dos seres humanos trouxe consigo um processo de dominação da natureza e tudo o que ela poderia oferecer e que chegou a níveis catastróficos na atualidade, impulsionados principalmente por interesses econômicos. Esse movimento tem estimulado um discurso que rechaça a degradação ambiental e nada faz quanto para minimizar os danos, mas também emerge outro engajado, que não opõe ser humano à natureza, mas propaga a consciência de uma unidade entre ambos, onde um só se desenvolve com o outro. Guimarães (1995, p.30) chama atenção para isso, quando, ao escrever sobre várias dimensões da Educação Ambiental, diz que "é preciso que o educador trabalhe intensamente a integração entre ser humano e ambiente e se conscientize de que o ser humano é natureza e não apenas parte dela".

Assim, considerando o já exposto e objetivando demonstrar a possibilidade de mudança do paradigma ambiental a partir da participação dos jovens, é possível se remeter a Educação Ambiental em âmbito escolar, sobretudo pelo entendimento de que é também na escola que se aprende o papel de cidadão, lançando um olhar inicial para a resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, para que os docentes possam direcionar suas práticas nessa questão em todos os níveis de ensino, desde a Educação Básica ao Ensino Superior.

A Educação Ambiental foi inserida no currículo escolar como tema transversal, ou seja, para ser trabalhada de forma interdisciplinar. No entanto, não vemos isso acontecer na prática, tendo em vista que as disciplinas se atem a seus

[Office2] Comentário: Fácil não é...

Excluído: a

conteúdos, não abrindo espaço para outras temáticas. A questão ambiental pode perpassar desde conteúdos históricos, passando pela geografia ou português e demais disciplinas. Foepfel e Moura (2014) assinalam que isso não acontece muito por conta do despreparo dos professores para lidar com essas questões, defasagem essa que remonta dos cursos de licenciatura.

Um grande empecilho no que diz respeito à inserção do ensino e da abordagem transversal de Educação Ambiental é o desconhecimento generalizado. Diante da problemática ambiental é de suma importância que as novas gerações possam ter em seus currículos, a metodologia adequada para tratar da Educação Ambiental, mesma que a escola não seja o único para que esse processo aconteça.

É de suma importância estimular o desenvolvimento de ações/intervenções de Educação Ambiental no contexto escolar, propondo a ampliação da consciência e a compreensão da realidade atual, ou seja, sobre a importância da preservação e conservação dos recursos naturais e sua relação com a qualidade de vida. Percebe-se que a Educação Ambiental não é somente ensinar e sim educar o cidadão para estar apto a posicionar-se criticamente não somente em relação aos recursos naturais, mas também no que tange às questões políticas, sociais e culturais (FOEPPPEL; MOURA, 2014, p.106).

Essa noção renovada não só está sendo construída como uma proposta teórica, mas mobilizada pela emergência de novos atores sociais do ambientalismo de base. Leff (1996) traz um novo significado ao discurso da sustentabilidade dentro dos valores e interesses que orientam um processo de reapropriação social da natureza. Esse paradigma de produtividade ecotecnológica sustentável busca reduzir a destruição ecológica, o esgotamento de recursos e a degradação entrópica, incrementando a produtividade ecológica. Para tanto, a Educação Ambiental é indispensável na conscientização dos cidadãos. Nesse sentido, ressalta Canepa (2004, p. 159): “Tem-se que ter sempre em mente que educação e cidadania são indissociáveis: quanto mais o cidadão for educado, em todos os níveis, mais será capaz de lutar e exigir seus direitos e cumprir seus deveres”.

Como aponta Padua (2002), considerando o papel do professor seja qual for a disciplina, pode incluir a Educação Ambiental em seu conteúdo. Além de ser grande a responsabilidade docente, sua atuação deve levar em conta que não é efetivo apenas repassar grande quantidade de teoria aos alunos, pois o grande aprendizado se dá por meio de experiências. Ainda segundo essa autora, a

capacitação de professores nessa área deve incluir fundamentos ecológicos e formas didáticas de transmitir esses princípios, como consciência ecológica, investigação e avaliação para se pensar os problemas ambientais e as soluções e o desenvolvimento de estratégias ligadas às causas ambientais.

Contribui com esse debate Guimarães (2004), quando sugere a necessidade de formação crítica dos educadores ambientais, os quais continuam reproduzindo o conservadorismo cartesiano em sala de aula, onde a teoria prevalece sobre a prática. O autor argumenta que entende os educadores ambientais como os sujeitos que conduzem os processos de interação e que devem promover a reflexão crítica, tanto em suas pesquisas e estudos individuais quanto em sala de aula. Assim, ele faz referência à condição material e as relações socioambientais inseridas no processo educativo:

A reflexão crítica, ao desvelar essa realidade socioambiental, estruturada pelas relações de poder constitutivas das relações entre indivíduos, sociedade e natureza, adquire clareza para guiar uma ação crítica que busque intervir no processo social, em suas múltiplas determinações. Ação crítica transformadora das condições materiais, epistemológicas e ético-políticas, estruturantes da realidade socioambiental (GUIMARÃES, 2004, p.131).

Cuba (2010) salienta que a contribuição a todo esse cenário favorável aos debates e um novo comportamento relacionado ao meio ambiente podem vir das escolas e dos jovens, contribuindo ainda para a mudança de paradigmas na construção do currículo escolar. A primeira questão a ser considerada seria então o não conservadorismo dos conteúdos, ou seja, ensinamentos para além do uso racional dos recursos naturais, mas voltados para a mudança de valores, onde a relação seja uma retroalimentação positiva para ambos.

Soares (2012) ressalta que a Educação Ambiental ainda encontra barreiras para sua implantação e permanência no ambiente educacional, muito por conta de não haver um consenso de como ela deve ser ensinada e também pelo despreparado dos docentes, que não recebem a devida formação. Além disso, deve-se primar também pela difusão de ações que ultrapassem os muros da escola, pois tanto familiares dos alunos quanto a comunidade do entorno podem aproveitar os ensinamentos. Assim a escola estará cumprindo seu papel de formadora de cidadãos ativos e participativos.

2.4 Os jovens e o meio ambiente

No século XXI, a parcela da sociedade composta pelos jovens é aquela que comumente se mantém conectada com as questões cotidianas e com os mais variados tipos de informações e linguagens do mundo virtual, uma vez que, “ser jovem em um “mundo conectado” e ser jovem em um tempo em que se dissemina o ideário ecológico, são importantes marcos desta geração” (BRASIL, 2006, p.7). Não obstante, essa ligação dos jovens com as tecnologias pode ser uma ferramenta importante para o debate e a ação no que diz respeito às questões de conservação ambiental. Por isso, entender como esses jovens se comportam é de grande interesse para que se possa compreender o que passa pela cabeça deles ao se interessarem por temas como política, sociedade, cultura, economia e meio ambiente. Dessa forma, entende-se que:

Há diversas percepções sobre o termo juventude no país e no mundo. Alguns confundem juventude com criança e adolescente outros consideram que são jovens todos aqueles que se consideram como tal, e aí por diante. Nos últimos anos, tem se buscado identificar em projetos e ações de juventude a faixa etária que engloba esse segmento. [...] como referência a faixa etária de 15 a 29 anos que é uma ampliação do governo brasileiro à proposta pela ONU. Repare que há muitas diferenças entre jovens com 15 ou 16 anos de jovens com 28 ou 29 anos: fases da vida distintas, percepções e concepções diferenciadas, disposição e energia de atuação variada etc. Recentemente no Brasil tem-se enfatizado a utilização do termo o plural – juventudes – como forma de assumir que o termo é plural, que há inúmeros movimentos de juventude, como temas de interesse, estratégias de atuação e formas de organização diferentes entre si (BRASIL, 2005, p.11).

No que se referem ao meio ambiente, os jovens estão procurando se engajar mais, e no século XXI a tecnologia trouxe novas ferramentas de comunicação que permitem uma maior busca de informações sobre a natureza e sua situação atual (BRASIL, 2005). Nesse viés, a Educação Ambiental é de fundamental importância nas escolas e em projetos que atendam ao público jovem, pois os educadores e as escolas precisam chamar a atenção dos alunos jovens para uma participação mais ativa quando se trata de meio ambiente, visto que “a Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos

valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado” (SORRENTINO et al., 2005, p. 288).

Ou seja, deve haver uma relação entre o convívio social e a forma como usamos e tratamos o meio ambiente. O jovem, nesse sentido, deve ser o protagonista de ações voltadas para a conservação do meio ambiente e as disciplinas que concernem a Educação Ambiental são de grande importância nesse entendimento.

Nesse contexto, aponta-se a necessidade de o jovem entender como acontece e como se dá a Educação Ambiental. É de suma importância, para que ele possa descobrir meios e recursos para trabalhar questões complexas como essas no seu dia-a-dia e em sua comunidade. A Educação Ambiental para o jovem deve ser compreendida como um meio de analisar a constante modificação do meio ambiente, tanto pelas atividades naturais quanto pelas praticadas pelo ser humano. As políticas públicas voltadas para a interação de estudantes e escolas devem corroborar para um envolvimento dos jovens com temas de cunho social e ambiental que os levem a praticar o que foi visto em sala de aula no seu cotidiano e que o entendimento seja legítimo e enriquecedor (SORRENTINO et al, 2005).

A Educação Ambiental deve apresentar um leque de conteúdos e estratégias que sejam atraentes para os jovens. O tema que desperte nele um olhar mais reflexivo sobre os acontecimentos do seu bairro, sua cidade e seu país, pode suscitar interesses maiores. Sorrentino (2005) explicam que a Educação Ambiental não precisa necessariamente estar presa a uma grade curricular rígida, mas sim ampliar horizontes em temas e abordagens dentro de seu contexto visando ampliar conhecimentos acerca da diversidade de assuntos com o objetivo de compreender a sustentabilidade ambiental local e do planeta. A escola tem como meta ensinar sobre as culturas tradicionais, aplicando o olhar científico e abrindo caminhos para a utilização das políticas públicas de meio ambiente com a produção de conhecimento na relação jovem e escola.

A riqueza de conteúdos que se tem para trabalhar com o jovem na área ambiental são grandes, e isso precisa ser planejado para que o próprio jovem possa se sentir apto a proteger o meio ambiente. Diante disso, os jovens podem entender como participar de ações que contribuam para a proteção de rios, florestas, mangues, praças, nascentes, limpeza de córregos, proteção de animais em risco entre outros vários fatores que os colocam como protagonistas na conservação do meio ambiente, visto que “ser jovem é uma construção social que está relacionada

ao modo como a sociedade vê o jovem e ao modo como ele próprio se vê” (FERNANDEZ et al., 2014, p.204).

Assim, o jovem pode se ver como um ator social e de transformação, que transmita uma preocupação com a proteção do meio ambiente, mas que ao mesmo tempo se sinta útil em estar contribuindo para o bem-estar da sociedade.

A juventude de hoje entende que os problemas ambientais causam grandes estragos ao planeta e que se deve fazer alguma coisa para minimizar os impactos. As informações estão em todos os lugares e principalmente na internet, com notícias, fóruns e documentários que exploram temas como a degradação ambiental e como eles podem fazer algo para mudar isso.

No mundo conectado, também se espalha a causa ecológica. Esta é uma geração pós-advento da ecologia. O “pós” aqui empregado, não tem sentido de algo passado ou ultrapassado. Significa apenas “depois” da disseminação de ideias ambientalistas. Nascidos a partir dos fins dos anos 70, os jovens de hoje vivem em um tempo em que já há um reconhecimento social da intensidade da degradação ambiental, que ameaça a vida em sociedade e precisa ser enfrentada com urgência (BRASIL, 2006, p.8).

A geração dos jovens atuais pode se engajar ao entender as mudanças políticas, econômicas, culturais, sociais e ambientais, uma vez que esses fatores estão interligados e afetam a vida deles e da sociedade em geral. Eles devem também ser incentivados a procurar aprendizados com os mais velhos sobre a mudança de certo ambiente e como ele era no passado, o que pode trazer uma riqueza de informações que permitam a eles analisarem as transformações num determinado ambiente e suas consequências, pois:

Embora os mais velhos também usem as categorias e conceitos do ideário ecológico, são os jovens que têm maior probabilidade de incorporá-las em sua visão de mundo. De maneira geral, podemos dizer que é essa, uma geração que se sente mais concernida às questões ambientais. E a escola tem um importante papel nesse processo, já que o meio ambiente é considerado tema transversal a diferentes disciplinas e áreas de conhecimento (BRASIL, 2006, p.9).

Dessa forma, o jovem está apto a compreender as mudanças ambientais de maneira mais reflexiva, e nesse sentido a escola tem um papel importante, já que as disciplinas curriculares dão as bases para que conheça e interprete os

acontecimentos que venham a ocorrer, inclusive aqueles que trazem modificações para o meio ambiente.

Em geral, o primeiro contato do jovem com a Educação Ambiental é justamente na escola, que deve estar preparada para mostrar as nuances que proporcionam o conhecimento sobre os ecossistemas, sociedade e meio ambiente e afins.

Ela pode causar no aprendiz a curiosidade de fazê-lo querer saber mais. Na relação escola-jovem, para fomentar a Educação Ambiental de forma mais ágil, dá-se ao aprendiz recursos para que ele mesmo venha a usufruir do aprendizado e que possa praticá-lo em sua rotina ao cuidar de atividades simples que não degradem o meio ambiente.

Incorporar os jovens nessas atividades traz um enriquecimento para todos, visto que a participação deles fará com que outros jovens possam vir a participar e interagir, criando meios para se fazer aquilo que tenha potencial de ajudar a conservar o meio ambiente com ações individuais e coletivas, uma vez que “o investimento em educação tem sido a principal política para jovens na busca de incorporação social das novas gerações” (KERBAUY, 2005, p.197). Daí a importância de se preparar as escolas com conteúdos pertinentes e significativos, enriquecendo as políticas de atração do jovem para a Educação Ambiental que ganham novos contornos e paradigmas. A ideia é que os tornem mais suscetíveis a praticarem, fora do ambiente escolar, o que aprenderam em sala de aula. Nesse sentido:

A integração dos diferentes pontos de vista direcionados a objetivos comuns aumenta as chances dos participantes perceberem seus papéis transformadores. Sendo assim, o fortalecimento individual e coletivo pode se dar de forma mais acelerada, permitindo o exercício da cidadania em prol de mudanças que beneficiem aspectos socioambientais diversos (PADUA, 2004, p.33).

A escola sustentável é um exemplo para a vida e participação dos jovens em ações para a conservação do meio ambiente, tendo em vista que essa escola assume características que ajudam mais ainda o aprendiz a se situar nas atividades em prol das questões socioambientais.

Compreender as características dos jovens de forma individual na escola ajuda a verificar as aptidões e interesses deles em relação a temas e conteúdos que concernem a Educação Ambiental. Os educadores podem analisar o que cada

jovem gosta e se tem desejo de se engajar em temas que tratem sobre o meio ambiente, pois conquistá-lo na escola, pode o incentivar a trabalhar com a Educação Ambiental se torna um desafio. Mas, quando conquistado pelo educador, esse desejo no estudante se torna mais natural, já que os jovens conseguem refletir sobre suas vontades em querer saber mais sobre o que acontece com o meio ambiente do seu bairro e sua cidade, e a vida do planeta em geral.

Um programa de Educação Ambiental (EA) em contextos não escolares, tanto quanto a escola, é um importante espaço para o processo das transformações psicossociais, que vão, inevitavelmente, desencadear comportamentos ambientais mais sustentáveis (SILVA; HIGUCHI; FARIAS, 2015, p.1032).

A Educação Ambiental pode ser vista por alguns jovens como monótona e repetitiva, mas em geral cabe ao educador, seja ele professor ou não, torná-la ativa, excitante e provocadora. Na escola algumas disciplinas tratam temas afins, mas às vezes de forma superficial. Despertar no jovem a vontade de participar e promover ações em que eles se sintam incluídos é de grande importância no desenvolvimento de suas atividades em prol do meio ambiente.

Entende-se que a atividade planejada e um projeto estruturado em relação ao meio ambiente, tem o potencial de inserir a juventude, uma vez que são esses jovens que podem atuar no combate a degradação ambiental com a ajuda de convênios com prefeituras, ONGs e demais órgãos que visam dar auxílio no cuidado com o meio ambiente, como mostram Silva, Higuchi e Farias (2015, p.1044):

O envolvimento de jovens em programas de Educação Ambiental dá voz para esse público desenvolver mudanças psicossociais e construir sua trajetória de vida pautada no compromisso social, ou seja, no exercício da cidadania. Acredita-se que, se os jovens são motivados a estabelecerem compromissos com o meio ambiente em que estão inseridos, este exercício se estenderá para outros ambientes, como a escola, a família, a comunidade, e outros, transformando seu mundo individual e coletivo.

Portanto, definir tarefas e promover as aptidões dos jovens pode ocasionar um envolvimento maior deles com as causas socioambientais, gerando uma participação mais assídua com os projetos direcionados ao meio ambiente, as localidades que eles vivem e os lugares que frequentam.

Esses indivíduos também podem tornar-se agentes modificadores de opinião, no momento que conseguem sua representatividade e significância na sociedade ao exporem suas ideias e opiniões sobre os mais variados temas e assuntos. A ideia é que se tornem protagonista em suas ações voltadas para entender os anseios da sociedade no dia-a-dia, como fatores que influenciam suas vidas política, econômica, social e ambiental.

As políticas públicas precisam ser feitas com a participação dos jovens e essas devem ser voltadas a garantir liberdade e segurança à juventude salientando, assim, mecanismos que essa juventude possa expor suas opiniões e discutir sobre os problemas da sociedade. A XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude que aconteceu em Havana, Cuba, em outubro de 2006, destacou que os países têm que incluir os jovens em suas pautas e políticas, de modo a envolvê-los.

Sendo assim, a questão política deve incluir os jovens e estimulá-los a participarem e a se sentirem motivados a trabalhar em prol de atividades que os façam se sentir úteis para as sociedades e para os meios em que vivem. A ideia é despertar neles uma consciência crítica e reflexiva sobre os acontecimentos que envolvem o país, a sociedade e também os lugares que eles frequentam, de tal maneira que a opinião desses jovens possa significar avanços para as sociedades onde estão. O governo com suas políticas deve dar ao jovem, meios para que ele possa se sentir mais participativo nas decisões e não o deixar à margem, pois muitas vezes percebe-se que “[...] os programas governamentais procuraram apenas – e nem sempre com sucesso – minimizar a potencial ameaça que os jovens parecem representar para a sociedade” (KERBAUY, 2005, p.194).

Tornar-se um modificador de opinião não é uma tarefa fácil. Precisam-se conhecer os assuntos tratados, a maneira como os temas são colocados em discussão e se sua pauta apresenta objetividade para as análises que o indivíduo pode vir a fazer. É preciso estimular o jovem a ver além do que é compartilhado pela mídia em geral. Daí se vislumbra a possibilidade de a escola e a Educação Ambiental semearem novos objetivos e direcionarem os jovens a atividades de cunho socioambiental que chamem a atenção da sociedade e que venham a transmitir ideias que se entrelaçam e se complementam. Desse modo:

[...] os processos de mudanças presentes na Educação Ambiental: Sensibilização ambiental se trata de um alerta em que o educando é inserido num mundo a ser descoberto; Compreensão ambiental possibilita a divulgação de informações específicas quanto ao ecossistema, seus elementos, características e relações biofísicas; Responsabilidade ambiental consiste no processo de reflexão em que o educando se posiciona como elemento no ecossistema, ou seja, como alguém que pode transformar, manter e preservar o mesmo; Competência ambiental, significa participar de processos educativos que almejam uma avaliação voltada ao desenvolvimento de capacidades e ação sobre o ambiente; Cidadania ambiental, envolve ações de participação e mobilização em conjunto com outras pessoas para solucionar problemas encontrados na relação pessoa com ambiente, ou, até mesmo, numa prevenção de possíveis riscos ambientais que poderão surgir de comportamentos ambientais inadequados (SILVA; HIGUCHI; FARIAS, 2015, p.1043).

Encaminhar os jovens a projetos que aperfeiçoem suas capacidades de pensar e agir sobre acontecimentos do seu cotidiano se torna primordial. Isso se dá a partir do momento em que a participação deles fique mais intensa e venha a englobar fatores múltiplos que contribuam para uma atitude crítica e ética a respeito dos valores e de sua formação moral. A cidadania ambiental é um bom caminho para o desenvolvimento dessas competências, pois com aprendizado adequado pode-se discernir sobre suas próprias ações em relação à natureza e ação do outro. A juventude com sua criatividade e senso de inovação consegue se manter atualizada com o que acontece em relação ao meio ambiente. Suas opiniões fazem com que um movimento de ideias possa ser direcionado a uma causa em comum, despertando na sociedade a vontade de participar de ações voltadas à proteção do meio ambiente.

Além de toda inserção social que a Educação Ambiental pode provocar, as informações recebidas pelos jovens podem passar para seus familiares e vizinhos, fazendo com que o conhecimento circule por toda a comunidade e permitindo que, de alguma forma, todos possam vir a se unir por uma causa em comum. Os jovens, ao aprenderem conceitos na escola sobre sustentabilidade, meio ambiente, ecologia, desenvolvimento sustentável e práticas socioambientais, podem conseguir viabilizar sua participação, pois passarão a entender sobre os temas e a compreender que a questão social e a ambiental estão interligadas. Assim, aprimoram seus conhecimentos e sistematizam melhor ideias e opiniões que os ajudem a fomentar suas ações. Isso porque, na abordagem socioambiental, o foco é a relação entre o meio ambiente e as práticas humanas que destroem ou preservam a natureza. Deve ficar claro para os jovens que tais conceitos ajudam a entender problemáticas que envolvem os desfechos sobre as ações humanas na natureza e a perceber como acontecem, para deste modo proporem ações.

No Brasil, a participação da juventude em projetos socioambientais ainda é relativamente baixa. O Estado deve propor maneiras para que os jovens venham a colaborar com projetos ligados à causa ambiental. Tanto Estado quanto às instituições devem:

[...] tomar medidas para permitir a participação da juventude nos processos de tomada de decisões relativas ao meio ambiente. Apesar de a maioria dos jovens (85%) não participarem de grupos, 57% gostariam de participar de grupos de defesa de meio ambiente e 60% de associação ou conselhos ligados à educação. Esses dados são confirmados na Carta Jovens Cuidando do Brasil (Deliberações da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente), na qual eles sugerem a valorização dos espaços de participação por meio da criação de conselhos jovens nas escolas, ONG's, e grêmios juvenis. Eles reafirmam a importância da implementação das agendas 21 locais e do envolvimento dos diversos setores da sociedade na superação dos desafios. Ecologia e meio ambiente é para 26% dos jovens brasileiros o assunto mais importante a ser discutido pela sociedade (SORRENTINO et al., 2005, p.293).

Os projetos desenvolvidos pelo governo poderiam se tornar relevantes se aliassem a educação, o meio ambiente e a juventude. A escola teria também um papel fundamental nesse processo de formação de opinião dos jovens que, se bem estruturado, poderia incluir as famílias que passam a adquirir um o papel moral e ético dentro da sociedade.

Há indícios de que o governo acreditava nesses princípios, pois há afirmações como: “[...] os jovens militantes ambientalistas se movem em terreno fértil para fazer prosperar a causa que defendem. Mas, é preciso reconhecer que os desafios também não são poucos” (BRASIL, 2006, p. 10). Claro, tudo precisa sair do papel e ser implementado, pois ideias boas nem sempre revertem em ações condizentes. Os pilares que ajudam os jovens nesses caminhos são de grande importância para que deem a eles suporte em suas ações ligadas ao meio ambiente. Sendo, assim, Menezes e Sánchez (2013, p. 2) defendem que:

[...] os diversos movimentos sociais com presença de jovens, protagonizando-os ou não, estão ganhando espaço e destaque político. Pode-se considerar que estes movimentos podem estar contribuindo para o fomento de políticas públicas específicas para os três campos em questão: Juventude, Educação e Meio Ambiente.

Os aspectos mencionados por Menezes e Sanchez (2013) nos remetem ao fato de o jovem precisar entender o meio ambiente, suas características e condições. Nesse contexto, a educação se torna um importante mecanismo para ajudar os jovens a desenvolverem suas ações com foco na conservação.

As ações e os projetos desenvolvidos pela juventude têm toda a chance de se tornarem importantes para a sociedade, uma vez que os jovens têm capacidade inovadora e conseguem administrar ações no campo da conservação. A juventude como liderança tem seu papel voltado para questões do cotidiano, mas também está ligada à área ambiental. Desse modo, a ideia de que programas de educação podem auxiliar os jovens em seus projetos faz todo sentido, pois os tornam mais participativos em ações ligadas a conservação do meio ambiente. Um conjunto de ações provenientes dos desejos e anseios dos jovens caracteriza vontade de mudança em aspectos que envolvam sua vida cotidiana e de sua comunidade. Esses programas podem ser desenvolvidos fora do ambiente escolar. A própria comunidade pode se unir e propor regras de conservação das praças dos bairros, por exemplo. Nesse sentido, deve-se entender que:

Um programa de Educação Ambiental (EA) em contextos não escolares, tanto quanto a escola, é um importante espaço para o processo das transformações psicossociais, que vão, inevitavelmente, desencadear comportamentos ambientais mais sustentáveis (SILVA, HIGUCHI E FARIAS, 2015, p.1032).

Trazer o jovem para a discussão de temas ambientais é um dos caminhos essenciais para que ele se envolva mais com questões socioambientais que estão presentes na sociedade. De modo a se tornarem líderes em movimentos dessa natureza pode-se tirar partido da energia e capacidade do jovem de pensar criticamente sobre as políticas públicas que venham a trilhar o desenvolvimento de projetos ligados à Educação Ambiental e à sustentabilidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa e escrita da dissertação foi o da pesquisa quanti-qualitativa, utilizando recursos bibliográficos e dados coletados em campo, confrontando a opinião de pesquisadores sobre a temática em estudo e a realidade do local, averiguando a hipótese inicial de necessidade de conservação da APA do Guaibim, que foi alvo da pesquisa. Assim, as observações de Padua (2002; 2012) sobre a necessidade de implantação da Educação Ambiental em Unidades de Conservação, as contribuições de Guimarães (1995; 2004), Mendonça e Neiman (2003; 2005), Sato (2002), Neiman e Rabinovici (2010), entre outros, sobre a Educação Ambiental no Brasil e nas escolas brasileiras compuseram parte da bibliografia utilizada no texto.

Para a coleta de dados, foi utilizada a investigação social científico acadêmica que segue os passos propostos por Brandão (1987).

3.1 Região de estudo

A região conhecida como baixo Sul da Bahia, parte do Nordeste Brasileiro, possui como principal atrativo turístico seu grande patrimônio natural que cada vez mais atrai pessoas do Brasil inteiro e mesmo de outros países, apesar dos seus problemas socioeconômicos. É onde está localizada a área de estudo que foi desenvolvida esta pesquisa, a APA de Guaibim, que se encontra inserida no município de Valença, Bahia, delimitada a oeste pela rodovia estadual BA 001, a nordeste pelo rio Jequiriçá, a sudeste pelo rio dos Reis, ao sul pelo canal de Taperoá e foz do Rio Una e a Leste pelo Oceano Atlântico (OLIVEIRA,2009).

Criada pela Lei Estadual 1.164/1992, com área total de 2.000 ha (BAHIA, 1992), teve em 2002, através do poder municipal, uma sobreposição territorial para a criação da Área de Proteção Ambiental da Planície Costeira do Guaibim, com extensão de aproximadamente 13.000 ha pelo decreto municipal 424/2007 (VALENÇA, 2007).

A área, conhecida como APA de Guaibim, apresenta remanescentes da Mata Atlântica e possui uma extensa planície litorânea, clima quente e úmido, vegetação de restinga, manguezais, faixas de praias, brejos com fauna associada. Além disso, destaca-se pelo valor do sítio histórico Ponta do Curral, local onde, no período colonial, realizava-se o desembarque do gado vindo de Portugal, e da presença de diversas edificações históricas como as igrejas e mirantes próximos aos rios ou das ruínas da primeira fábrica têxtil do Brasil (SANTOS, 2001).

A economia baseia-se em um centro comercial, um complexo hoteleiro, a empresa de carcinicultura Valença da Bahia Maricultura S/A, o Aeroporto de Valença e o Terminal Atracadouro do Bom Jardim, além da pesca artesanal e do turismo. Apesar de tantos atrativos, a região apresenta algumas dificuldades no que diz respeito ao turismo sustentável, sobretudo por funcionar como “corredor turístico” para os turistas em direção ao Morro de São Paulo, bem como, um baixo aproveitamento dos já mencionados recursos naturais.

Como já ressaltado, para proteger localidades como o Guaibim, foram criadas cinco unidades de conservação no município: as APAS Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, Candengo, a APA Municipal Planície Costeira do Guaibim e a RPPN Fazenda Água Branca. Assim, a análise dessas localidades é importante para obter informações sobre o uso e a exploração dos recursos, tanto pelos moradores quanto pelos turistas, com vistas a perceber se há uma conservação real desses lugares com a prática, por exemplo, do turismo sustentável.

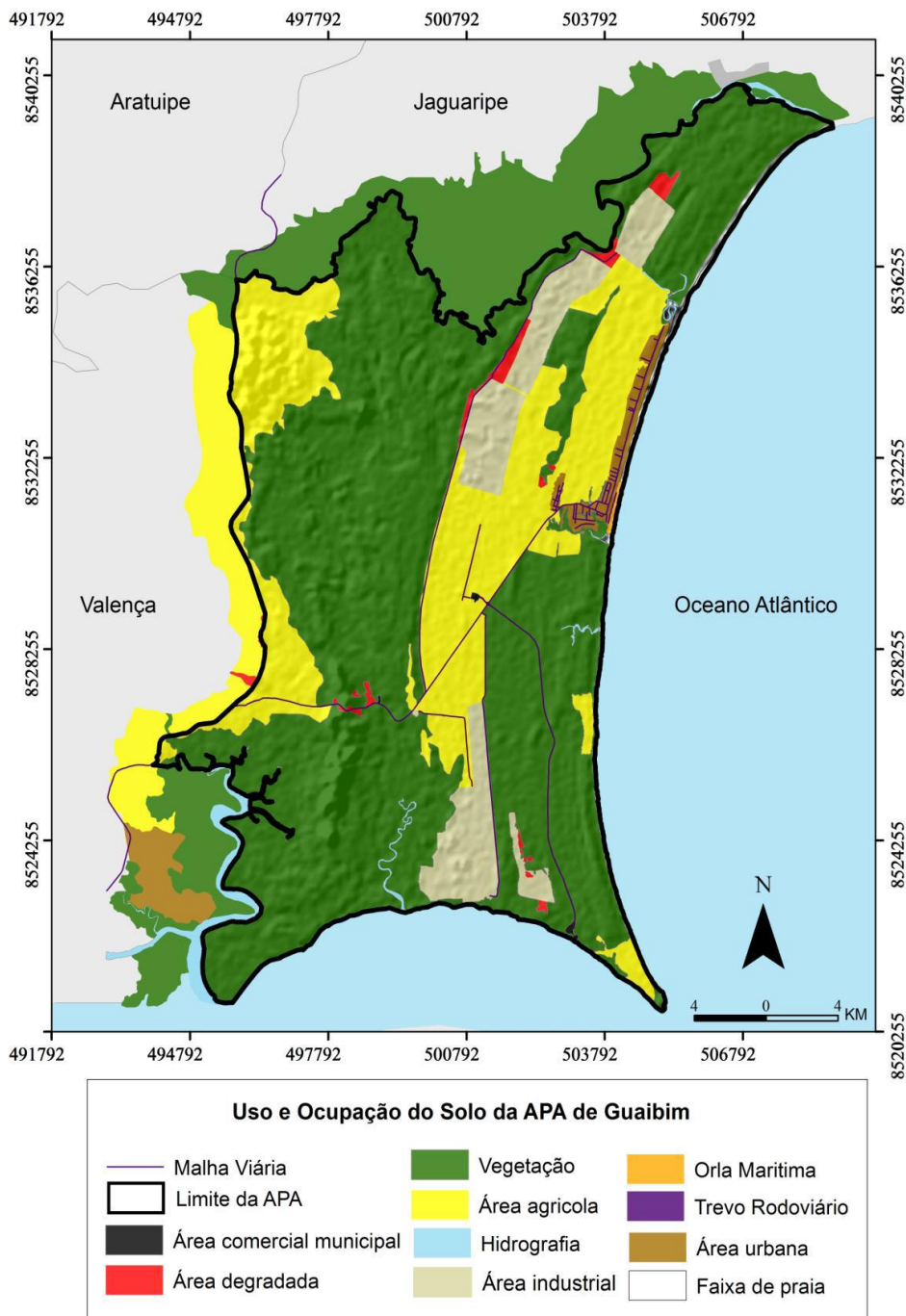


Figura 2: Mapeamento do uso e ocupação do solo da APA de Guaibim.
Fonte: LOPES E STRENZEL (2017).

3.2 Seleção e operacionalização de variáveis:

A APA do Guaibim sofre interferências do público interno, que é representada pela comunidade local e pelo público externo, que são os turistas. Através da exploração dessa área de conservação é possível gerar renda em benefício da comunidade local e de empreendedores que abrem comércios, hotéis, bares e restaurantes no período do verão.

Conseqüentemente, alguns efeitos socioambientais também são gerados nesse processo. Alguns são positivos, como a geração de renda, e outros são negativos, como o aumento de resíduos.

Os jovens, que também fazem parte da comunidade, aparecem como elementos com o papel social modificador do ambiente, capazes de manter a situação existente ou alterá-la, na busca de concretizar suas perspectivas futuras.

As variáveis utilizadas nessa pesquisa, foram listas e relacionadas, através de um mapa conceitual (figura 3). Desta forma ficou mais fácil apresentar como elas se integravam e como os impactos gerados pelo turista, tanto negativos como positivos, trazem conseqüências que afetam essas variáveis.

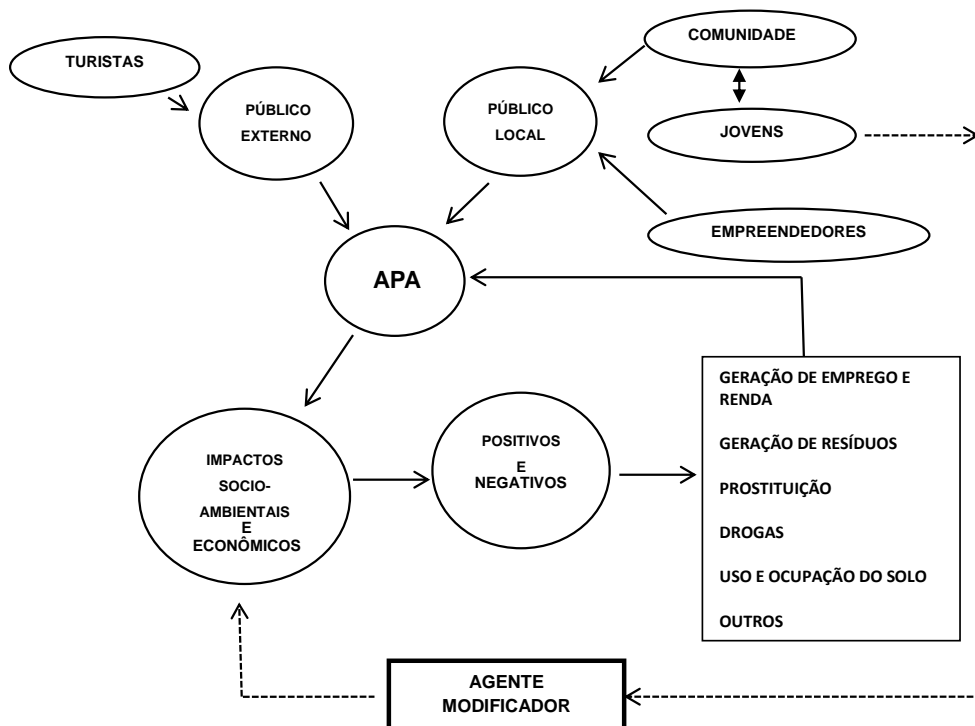


Figura 3: Mapa conceitual apresentando as relações entre as variáveis envolvidas na pesquisa.

3.3 Público alvo

Os públicos escolhidos para este estudo incluem os seguintes segmentos: turistas, estudantes, empreendedores e moradores do povoado da Praia do Guaibim.

3.3.1 Características do entrevistado: Nome, sexo, naturalidade, formação, idade, renda familiar.

3.4 Interesses de acordo com cada segmento

3.4.1 Turistas: tempo de permanência na cidade, motivação da viagem e escolha do lugar por seus atrativos e custos.

3.4.2 Empreendedores: tempo de existência do empreendimento, escolha do lugar, perfil do público atendido, ganhos, geração de emprego.

3.4.3 Morador: tempo que reside no local, escolha do lugar, relação com o turista, fonte de renda, ganhos.

3.4.4 Estudante: tempo que mora no local, se é só estudante ou se trabalha, se desenvolve atividades extraescolares, quais os atrativos do lugar, condições familiares e perspectivas futuras.

3.5 Educação Ambiental

3.2.2.1 Turistas: opinião quanto à informação das pessoas que recebem e características do local.

3.2.2.2 Empreendedores: contribuição para atitudes conscientes, gerenciamento de resíduos, conhecimento sobre a APA.

3.2.2.3 Morador: como colabora com o meio ambiente, compreensão de pontos negativos e positivos do turismo para a região.

3.2.2.4 Estudante: compreensão dos elementos naturais da localidade, de atitudes dos turistas que comprometem o meio ambiente de forma negativa, conhecimento sobre a APA.

3.6 Condições ambientais locais

Saneamento básico, segurança, saúde, transporte, lazer.

3.7 Esboço de instrumentos

3.7.1 Desenho amostral

A pesquisa foi realizada no povoado que fica dentro da APA do Guaibim, localizada à beira mar. Para a fidelidade dos dados, foi utilizada uma amostragem de aproximadamente 38% para o segmento dos empreendedores. Foram selecionados 30 de um total de 62 alunos, 15 de cada turma do ensino médio, uma do 1º e outra do 2º ano, do Colégio Estadual João Cardoso dos Santos, que atende a comunidade local, perfazendo um total de 30 representantes dos jovens. Foram entrevistados transeuntes, 115 turistas e 137 moradores, de forma aleatória, em horários predeterminados.

A coleta de dados foi realizada no período de setembro a janeiro de 2016/2017, em que foram realizadas todas as entrevistas no período de setembro e outubro com os jovens, moradores e empresários da região. Já entre os meses de dezembro e janeiro foram observados e aplicados questionários aos turistas da região. Para tanto, foram estipulados horários fixos das 09 às 12 horas e das 19 às

21 horas, sempre em dias alternados para melhor explorar o fluxo turístico da região e não contaminar os dados da pesquisa.

Para os empresários foram aplicados 30 questionários de um universo amostral de 78 empreendimentos escolhidos por setores da praia, desde áreas mais nobres a áreas menos favorecidas, sempre de forma aleatória, conforme os donos eram encontrados. Com relação aos turistas, foram aplicados 115 questionários, levando em consideração os horários de início da manhã e começo da noite, sempre respeitando as três grandes divisões do local, a saber, a praia da chegada, onde se encontravam mais turistas nativos ou de regiões próximas. A parte central das barracas, encontra-se mais turistas de outros estados e com maior poder aquisitivo e a outra extremidade da praia, onde se encontra os que fazem acampamento na areia, região sem muito comércio e onde as pessoas levam comida e são chamadas de “farofeiras”.

Os modelos dos questionários, utilizados como instrumentos de coleta de dados, estão nos apêndices A, B, C, D. Antes da aplicação se utilizou pré-teste para verificar se havia necessidade de mudança nas questões.

3.7.2 Aplicação do instrumento piloto e controle de variáveis

Antes da pesquisa final, os questionários (Anexo I) foram aplicados de uma forma piloto, em uma pequena amostra de uma localidade com características parecidas de turismo, antes de entrevistar os representantes dos seguimentos definidos no povoado da Praia de Guaibim. O local escolhido foi a Praia de Algodões, localizada na península de Maraú. Conforme o decorrer das entrevistas, foram anotadas as alterações necessárias para que as questões ficassem de fácil compreensão para os entrevistados e para a minimização de falhas na coleta de dados, conforme metodologia de investigação (PADUA, 2002).

3.7.3 Processamento e análise dos dados

O processamento e a análise dos dados ocorreram através da codificação, análise estatística descritiva com a construção de gráficos para melhor analisar as respostas de cada segmento de pessoas presentes na Praia de Guaibim.

3.7.4 Interpretação dos dados

Além de analisar as respostas obtidas nas entrevistas, esses dados também foram interpretados a partir das impressões contidas na bibliografia utilizada nesse trabalho, como forma de reafirmar ou de refutar os resultados alcançados com a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados podemos chegar aos seguintes resultados, quanto aos seus segmentos. A seguir estão os resultados do que foi percebido com a aplicação dos questionários e que, posteriormente, será entrelaçado com a discussão de bibliografia pertinente.

4.1 Turistas:

A idade dos entrevistados se distribuiu em 43% de pessoas entre 36 a 45 anos, 36% entre 26 a 35 anos, 15% de pessoas com idade entre 46 a 55 anos e apenas 6% mais de 56 anos.

Quanto ao nível de formação, 61% possuem ensino superior, 34% ensino médio e 6% ensino fundamental.

Entre os entrevistados 52% pertencem à região, 48% são de outras cidades do estado. O motivo da viagem ao local foi atribuído a 76% ao turismo e 24% a visita a familiares.

Dos turistas entrevistados 63% passam apenas um dia na APA de Guaibim, 10% dois dias, 24% ficam até uma semana e somente 3% ficam mais de uma semana.

O saneamento local foi considerado precário por 68% dos turistas.

Ao avaliarem o atendimento prestado para o turista, 60% deles informaram os funcionários dos estabelecimentos frequentados estão despreparados.

Ao avaliar ações que poderiam tornar a cidade mais atraente, os turistas sugeriram que é necessário melhorar, para receber o turista (52%), ou disseram que há necessidade de melhorar o atendimento ao turista (41%) e também aparecem

[Office3] Comentário: Quais???

¶ Excluído: 3.8 Produto final ¶

¶ Para a elaboração do produto final resultado dessa dissertação, a metodologia utilizada será foi a abordagem participativa, o já citado Planejamento, Processo, Produto (PPP), pois além de ser muito utilizado pelos educadores ambientais que pretendem a introdução desses princípios, ajuda a determinar as etapas da atividade até sua conclusão (PADUA ???CULLEN Jr, L.; RUDRAN, R.; VALLADRES-PADUA, C., 2006). Assim sendo, as etapas do planejamento, onde se faz o levantamento do perfil da população e do local, o processo que inclui a implantação de estratégias e o produto que seriam as avaliações e divulgações dos resultados, são as fases percorridas para a conclusão dessa pesquisa. ¶

¶ 3.8.1 Roteiro para desenvolvimento de oficina de educação ambiental ¶

¶ Levando em consideração a necessidade de dinamização da atividade turística na APA do Guaibim e de envolvimento dos jovens, para que não deixem a localidade por falta de oportunidades de trabalho é necessário buscar deles as possibilidades turísticas do local e sugestões para que essas atividades aconteçam ao mesmo tempo que ocorra a conservação do meio ambiente. ¶

¶ 3.8.1.1 Planejamento: ¶

<#>Definir o público alvo: em princípio essa atividade pretende atingir jovens da comunidade e, para facilitar esse processo, serão escolhidos estudantes do Colégio Estadual João Cardoso dos Santos. O número será determinado conforme o espaço disponível para a realização do evento. Se for acordado com a escola poderá ser uma atividade que envolva todos os alunos. ¶

<#>Definir, se o projeto será desenvolvido de forma pontual ou continuada. Num primeiro momento, será realizado de forma pontual, mas dividido em etapas. ¶

<#>Definir se será tomado um tema gerador relacionado às questões ambientais locais ou o assunto será desenvolvido de acordo com as solicitações dos participantes. Para esse produto final o tema será "O turismo no Guaibim". ¶

<#>Elaboração de um projeto para ser apresentado para a escola, contendo os tópicos básicos: um título atrativo, o objetivo que se deseja com essa atividade coletiva e quais as mudanças que se espera após seu desenvolvimento, uma justificativa que demonstre a importância dos atores envolvidos (alunos, professores, palestrantes, dentre outros envolvidos), apresentar, também, uma fundamentação teórica. O projeto é importante como um atrativo para se obter parcerias e por isso deve ser b

informações sobre as condições de saneamento básico que precisaria ser melhorado (7%).

4.2 Comunidade:

A idade dos entrevistados se distribuiu em 33% entre 26 e 35 anos, em segundo lugar, empatados cada um com 29%, estão os de idade entre 46 e 55 anos e os de 56 anos e 9% entre 36 e 45 anos.

Com relação à renda familiar, 89% se enquadram em baixa renda familiar, 8% em média renda familiar e 4% em alta renda familiar.

No quesito fonte de renda, 58% dos entrevistados enquadram-se nas profissões marisqueira e pescador, 25% em aposentados e pensionistas, 13% trabalham no setor de comércio e serviço e 4% são servidores públicos.

A comunidade elencou uma série de problemas causados pelos turistas na região. 34% afirmam que os turistas fazem muito barulho e 32% consideram desleal a comercialização de produtos (cervejas, refrigerantes, churrasquinhos) sem pagar os tributos à prefeitura pelos turistas. Empatados com 17%, há os que afirmam que o turismo contribui para o aumento da violência e que a atividade turística provoca o aumento do lixo espalhado no Guaibim.

Quanto à fiscalização ambiental 73% dos entrevistados desconhecem órgãos de fiscalização ambiental, enquanto 23% relatam que a fiscalização só ocorre com os pequenos comerciantes, e que os grandes donos de bares e hotéis ocupam as praias e manguezais e nada é feito.

Mesmo com os impactos negativos do turismo, 95% dos entrevistados concordam que o turismo na região é uma atividade que gera renda, 3% que traz progresso e 2% que gera empregos.

Durante o verão 71% das pessoas têm um aumento em sua fonte de renda, enquanto 29% não percebem a diferença.

A comunidade acredita que para receber melhor o turista em 31% das respostas é necessário melhorar a infraestrutura e, igualmente, outros 31% que é preciso melhorar o acesso à comunidade. Empatados em segundo lugar, com 19%, está o fato de que é necessário melhorar as hospedagens adequando, em estrutura e atendimento a qualidade dos restaurantes e bares, porque 69% da comunidade acredita que o Guaibim não está preparado para receber o turista.

4.3 Empreendedores:

Os empreendedores da região compreendem que há necessidade de melhorias locais para que a atividade turística seja satisfatória, sendo que 34% acreditam que o problema está na falta de qualidade dos comércios e na prestação de serviços (destes, 35% atribuem ao difícil acesso a localidade) e 31% acreditam que o problema está na falta de divulgação dos atrativos turísticos.

Dos entrevistados 100% relatam que colaboram com a coleta de lixo realizada pela prefeitura. E os mesmos não sabem que seu estabelecimento se encontra dentro de uma APA, porém garantem em 100% que conscientizam os turistas quanto à preservação ambiental do lugar.

Quanto à contribuição para um programa de Educação Ambiental, 70% dos empreendedores demonstraram interesse de contribuir, enquanto 30% disseram que não contribuiriam.

A mão de obra contratada no verão é formada por 83% da população local enquanto 17% normalmente vêm de outras localidades.

4.4 Jovens:

Ao entrevistar os jovens foi verificado que 93% não têm conhecimento sobre a APA, 7% conhecem, mas não sabem exatamente descrevê-la. Quando se pergunta o que mais gostam na região, 34% afirmam que é a natureza, 32% o período do verão, 28% a localização, 4% a tranquilidade e 2% as festas locais. Quanto à perspectiva futura destes jovens, 33% disseram que pretendem se mudar, e, igualmente, 33% pretendem fazer faculdade, 19% querem se casar, 8% querem seguir o legado dos pais e 7% ainda não sabem o que fazer do futuro.

Entre esses jovens, 90% não aprovam o comportamento dos turistas na localidade. Os principais problemas encontrados são; 43% apontam que eles jogam lixo à toa; 39% reclamam da venda de produtos na praia sem fiscalização da prefeitura; 10% se incomodam com som alto dos carros; e, 8% se indigna com a falta de respeito pelos moradores da localidade. Dos jovens entrevistados, 50% não trabalham, 30% trabalham apenas no verão e 20% têm emprego fixo durante todo o ano.

A partir dos resultados descritos anteriormente, é válido ressaltar que é ponto pacífico entre os autores e, de certa forma urgente, a inserção de uma formação mais aprofundada para a comunidade, do que seria o meio ambiente e da sua importância para a sobrevivência no planeta, sendo algo imperativo na atualidade quando pensamos em desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Vê-se, desse modo, que uma alternativa seria a criação e o desenvolvimento de uma política de Educação Ambiental, voltada para a coletividade, assim como, a sua inserção na escola, de modo que a teoria e prática estivessem alinhadas, para mostrar ao aluno/jovem, em várias instâncias, a importância de cuidar do meio ambiente.

Assim, considerando ainda o exposto sobre a APA do Guaibim, percebe-se que uma conjunção de fatores são os principais responsáveis pela degradação daquele local e que, apesar de ter sido transformado em uma área de proteção, esse movimento pouco melhorou a situação do local. Isso pôde ser percebido tanto pela observação, principalmente dos espaços direcionados ao turismo, quanto analisando as entrevistas.

Os moradores locais, assim como os que vêm a passeio, afirmam que a necessidade de melhoria da infraestrutura para receber o turismo é uma das necessidades mais perceptíveis e tornaria o local mais atrativo para o turismo.

Com relação ao “turismo responsável” destacado por Sansolo (2002), podemos chamar a atenção para as falas dos moradores locais e jovens estudantes da APA do Guaibim. Apesar da divergência com relação à presença de turistas nesse local, fica patente a noção de que mesmo favorecendo a economia, os visitantes estão relacionados a pontos negativos consideráveis. Na opinião dos moradores (Figura 4), quando questionados se o turismo favorecia a geração de renda, as respostas foram positivas para a maioria. A vivência do autor na região constata que houve um aumento da violência, maior presença de drogas e prostituição, bem como, mais barulho e desordem e mais lixo.

É claro que a presença de mais pessoas vai trazer uma série de mudanças para um local pequeno e com características próprias com relação à sociabilidade, cultura entre outros aspectos. Entretanto, como destacam Ramalho e colaboradores (2010), o turismo de massa traz impactos negativos sociais, ambientais e econômicos, entre eles:

[...] contribuição para o desgaste dos recursos naturais; [...] elevação de preços de produtos; pressão de corporações turísticas e corporações internacionais sobre as terras e a população; [...] incentivo à prostituição; desrespeito à cultura local; [...] desequilíbrio econômico; [...] interesses estritamente econômicos; e evasão de divisas (RAMALHO et al, 2010, p.27).

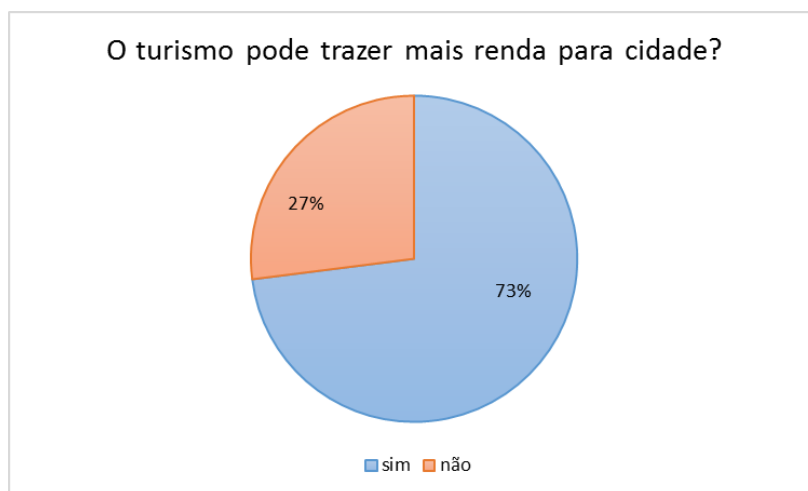


Figura 4: Relação entre Turismo e renda na cidade, segundo os moradores.

Com relação à opinião dos jovens, o comportamento dos turistas os desagrada, na grande maioria, ou seja, 90% dos jovens entrevistados deram uma resposta positiva a esse questionamento. Em outra pergunta, apontaram ainda questões como falta de respeito ao ambiente local e aos moradores e a grande presença de lixo, como dos principais problemas da presença dos visitantes, como demonstra a Figura 5. Essa informação aponta que os locais que recebem turismo de massa “maquiam a realidade” e não possibilitam mudanças nas atividades turísticas, não se preocupando com as consequências para a comunidade local.



Figura 5: Comportamentos dos turistas com impactos negativos. Segundo os moradores da APA do Guaibim, os turistas usam o som do carro com o volume muito alto, são desrespeitosos com a população local, jogam lixo à toa e até comercializam produtos.

Foi possível inferir, a partir da análise desses dados, que há a possibilidade de realização de um turismo de inclusão que integre com o desenvolvimento local. Sobre esse assunto, Coriolano (2003) sinaliza para o surgimento dessa oportunidade apontando o caso de Fortaleza, que é um dos destinos mais procurados, sobretudo no verão, por conta das praias paradisíacas e da beleza local, mas que ainda não conhece o desenvolvimento local alinhado ao turismo. Essa autora salienta que um caminho a seguir seria conhecer os problemas socioeconômicos do local, esquadrihar o espaço geográfico para tomar conhecimento da constituição histórica, do processo de reconfiguração dos lugares e também pensar em novas estratégias em cada localidade. Segue apontando ainda que não é um trabalho fácil e deve relacionar ações do poder público e da comunidade:

Para promover o desenvolvimento local há que se incentivarem os critérios práticos e criativos da população, da cultura, do patrimônio, da formação da territorialidade valorizando sua participação na configuração das novas estratégias, como o turismo, que transforma os recursos naturais em mercadorias e avalia o seu preço no mercado. Contudo há que se respeitar às peculiaridades preservacionistas de natureza física e cultural (CORIOLANO, 2003, P.145).

Considerando o comportamento dos turistas, que muitas vezes desagradam à população local, a Figura 5 relaciona-se com as afirmações de Rocha e Adame (2013) que evidenciaram que a participação social é primordial para mudanças efetivas com relação ao turismo, pois além de agirem individualmente no processo de conscientização ainda podem cobrar do poder público posicionamentos e políticas eficazes, tanto que favoreçam a preservação quanto que estabeleçam punições aos que descumprirem os dispositivos legais.

Para que se modifique a presente situação em que a sociedade se encontra em relação ao meio ambiente é preciso mudar o modo de agir. No entanto, isso só acontecerá se houver mudanças no pensamento dos seres humanos e a consciência que se precisa de mais cuidado com o meio ambiente. Para Rohde (1996), a melhoria vem da mudança de pensamento, levando a uma mudança de paradigmas, onde se passará do paradigma econômico para o paradigma ambiental, despertando a busca por um presente e um futuro mais promissor através da sustentabilidade do Planeta Terra.

A comunidade local e, também, os turistas precisam exercer um papel de cidadãos para cobrar do poder pública a resolução de problemas locais como a APA do Guaibim que precisa de políticas públicas e fiscalização para que a legislação seja cumprida. Os visitantes, por mais que passem por esses lugares apenas uma vez ou que retornem neles nas férias, podem e devem estar atentos às suas atitudes enquanto estejam nas áreas protegidas, como tomarem cuidados simples com o lixo que produzem, com a forma como tratam o local em que visitam, como se reportam aos moradores locais, bem como, a cultura destes

Em relação ao nível educacional, a pesquisa identificou que os moradores que possuem ensino médio e nível superior não veem como satisfatória a recepção dos turistas na região, enquanto que os moradores que só possuem o ensino fundamental demonstram que a recepção do turismo na região está adequada (Fig. 06).

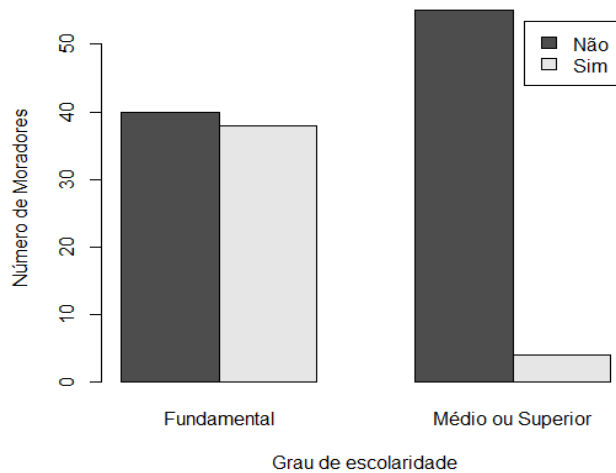


Figura 6: Foi utilizado o teste do χ^2 , para correlacionar o nível de escolaridade dos entrevistados com a percepção do oferecimento de um turismo de qualidade nessa localidade ($\chi^2 = 25,854$; valor de $p = 3,682e-07$; desvio padrão = 1). O “Não”, representado pela cor escura, indica que não há condições ideais de turismo. E o “Sim” indica que as pessoas acham que as condições de turismo locais são adequadas. A figura mostra que o maior número de pessoas que consideram as condições de turismo adequadas na APA de Guaibim são aquelas com formação escolar de nível fundamental.

A Figura 7 correlaciona o nível de escolaridade dos turistas com a percepção do preparo ambiental das pessoas que estão diretamente ligadas com o turismo na localidade em estudo. Ela aponta que quanto maior é o nível de escolaridade do visitante, maiores serão suas exigências com os cuidados com o meio ambiente, com a preservação e conservação da localidade.

E considerando ainda os resultados dos questionários aplicados nessa pesquisa, fica patente a necessidade de planejamento com relação ao turismo, tanto para que os visitantes queiram permanecer por mais tempo e voltar quanto para que se desenvolva uma estratégia de conservação das atrações naturais da área de preservação.

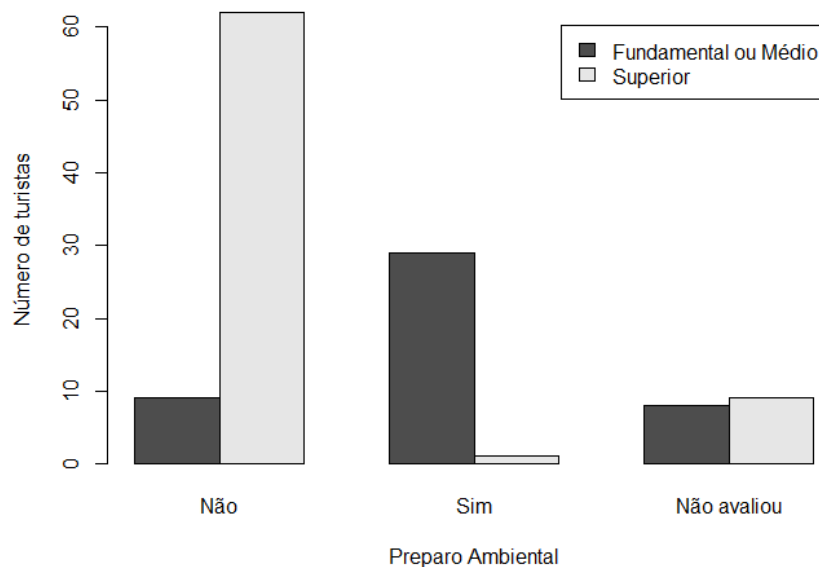


Figura 7: Correlação entre escolaridade dos turistas e a resposta sobre o preparo ambiental da região para receber o turista ($\chi^2 = 63,09$; valor de $p = 1,99e-14$; desvio padrão = 2). O “Não” indica que a percepção do turista é que as pessoas da região não têm um preparo ambiental” e o “Sim” indica que elas estão preparadas.

Na APA do Guaibim, os turistas vêm de variados locais, desde cidades vizinhas até de outros estados brasileiros como Goiânia e Brasília, e sua permanência varia entre ficar apenas um dia ou até mais de uma semana, o que ocorre com menor frequência, pois, como já ressaltado, essa localidade é caminho para chegar ao Morro de São Paulo, um destino muito procurado por brasileiros e estrangeiros. Vale ressaltar que muitos vêm para visitar familiares, mas a maioria tem como objetivo o turismo, e também avaliaram pontos que melhorariam a condição do local (Figura 8).

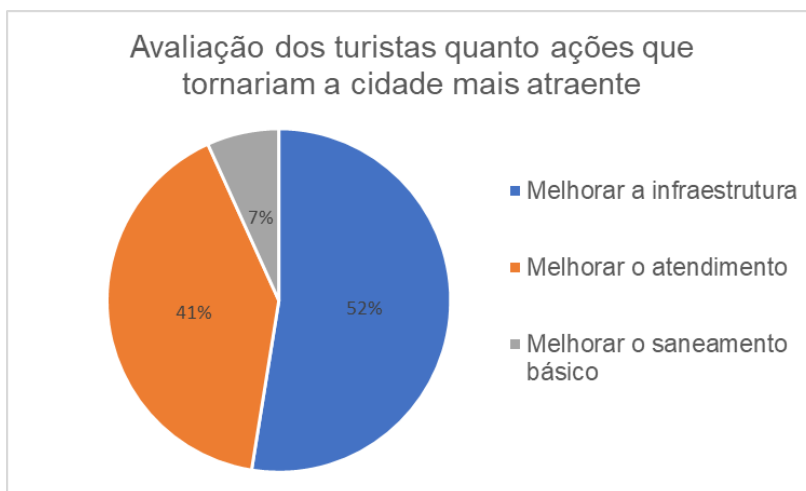


Figura 8: Opinião dos turistas sobre pontos a melhorar na cidade.

Analisando o gráfico, é possível observar que o local em estudo se encontra insatisfatório para receber turistas, visto que os mesmos reclamaram da infraestrutura e do atendimento das pessoas, tanto nos estabelecimentos quanto com relação às informações sobre os locais para visitação e outros.

Dale (2005) afirma que o planejamento, a gestão e a avalia o de experiências de ecoturismo devem estar metodologicamente desenvolvidos, com o objetivo de adequar o projeto ou a estratégia de acordo com a diversidade de pessoas envolvidas direta e indiretamente na atividade. Verifica-se ainda que, para obter sucesso, alguns princípios como democratiza o de opiniões, necessidade de comunica o em duas vias e transparência nos objetivos, devem ser respeitados.

Coriolano (2003, p.19) corrobora com esse pensamento e acrescenta que o desenvolvimento de um local diz respeito muito ao território, recursos naturais, às pessoas, dentre outros. Portanto, desenvolvimento, turismo e meio ambiente estão ligados na medida em que: "atividades econ micas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado constitui uma restri o externa para o desenvolvimento econômico e social". Se esta liga o se der de maneira equilibrada, os impactos podem ser reduzidos, mas o que acontece na maioria das vezes   a explora o da natureza para atender principalmente ao consumismo e ao lucro desmedido, o que degrada a natureza local e desestrutura a sociedade ali estabelecida.

Considerando a discussão sobre lucro e consumo nas Unidades de Conservação, o papel dos proprietários de estabelecimentos no Guaibim se destaca. Antes de tudo, eles apontam que dos principais motivos para se abrir um negócio ali estão, por ordem de preferência, visão de futuro, herança, lucro e localização/paisagens. Ou seja, o que motiva em primeiro lugar é o potencial turístico e a possibilidade de lucros futuros.

Esses indivíduos revelaram ainda, em sua totalidade, que os lucros aumentam significativamente no verão e, por isso, há a necessidade de contratação de funcionários nos meses dessa estação do ano que atraem mais visitantes. Os funcionários são, em sua maioria, moradores locais e poucos vêm de outras localidades. Entretanto, afirmaram que pela falta de mão de obra qualificada na localidade, são impelidos a contratar serviços especializados de outros lugares para não deixarem de oferecer o serviço e também para oferecê-lo com qualidade.

Sobre a conservação do local, 100% dos proprietários informaram que seu lixo é destinado a coleta da prefeitura municipal, a única existente na cidade e que buscam conscientizar os turistas quanto à conservação ambiental do local. Mas esse fato diverge das opiniões dos turistas, que disseram não perceber nesses indivíduos preocupação ambiental com o Guaibim. Foi verificado, também, que nenhum deles tem conhecimento da existência de uma APA na localidade em estudo.

A Figura 09 apontou que são necessárias melhorias na região, entretanto, é possível observar, nas respostas dos proprietários, que nenhum fala em melhoramento do ponto de vista da conservação ambiental e sustentabilidade, visando apenas o que seria melhor para os negócios. Assim, destacaram avanços nos serviços como instalação de caixas eletrônicos e presenças de bancos, aprimoramento da infraestrutura no que concerne ao acesso à região e mais propagandas nas redes sociais e em mais regiões.

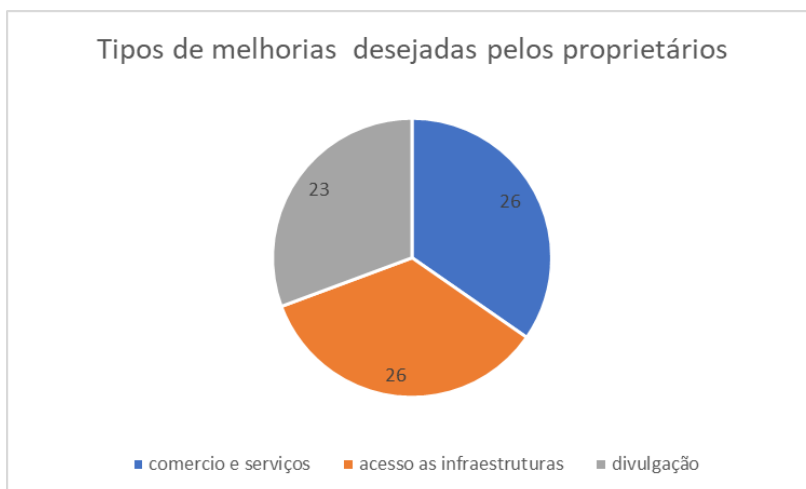


Figura 9: Tipos de melhorias necessários na cidade, segundo os comerciantes

A análise desses dados apresentados demonstra que a percepção do turismo está intimamente ligada com a degradação, causada por uma limitação de visão, atrelada ao tipo de abordagem econômica, nada sustentável ambientalmente.

Nesse contexto, a Educação Ambiental além dos muros da escola, ainda que seja indispensável na educação formal, tem uma importância fundamental ao permitir a solução de vários problemas nas comunidades. Medina e Santos (1999) corroboram com essa opinião afirmando que “as novas dimensões educativas colocam ênfase no componente ético e são orientadas à transformação do indivíduo: educação para a paz, para a saúde, a educação para o consumo, e Educação Ambiental”.

Diante da literatura pesquisada e dos dados analisados nas entrevistas, observa-se que a Educação Ambiental é necessária na formação de indivíduos como uma noção renovada de meio ambiente, capaz de superar a crise global da atualidade. Höeffel e colaboradores (1998) destacam os cinco “Es” que se tornaram essenciais para a resolução dos inúmeros problemas ambientais, a saber, ecologia, economia, espiritualidade, ética e educação, os quais possibilitam ao ser humano uma nova maneira de ver e estar no mundo. Assim, assinalam:

Ecologia – traz a relação harmônica do ser humano com o espaço e com os outros seres, formando elos de ligação entre as diferentes formas de vida;

Economia – envolve, na produção, uma prática social cooperativa do ser humano e um modelo sustentável de relação com o ambiente, expresso de forma criativa e equilibrada;

Espiritualidade – possibilita a relação do ser humano com sua dimensão transcendente, celebrando a sacralização da vida cotidiana;

Ética – traz a perspectiva planetária como base para a ação consciente no mundo, construindo sistemas sociais mais justos e ambientalmente corretos;

Educação – diz respeito ao caráter formativo do ser humano, promovendo uma postura interna de reverência pela vida, formando pessoas amorosas, ressaltando a importância do autoconhecimento, da inclusão de outros seres nos processos individuais e da expansão para o coletivo. (HÖEFFEL et al, 1998, p.24).

Considerando as entrevistas realizadas com os jovens alunos, se percebe que eles têm planos para seu futuro (Figura 10), principalmente no que se refere a deixar a localidade em que moram e fazer faculdade.

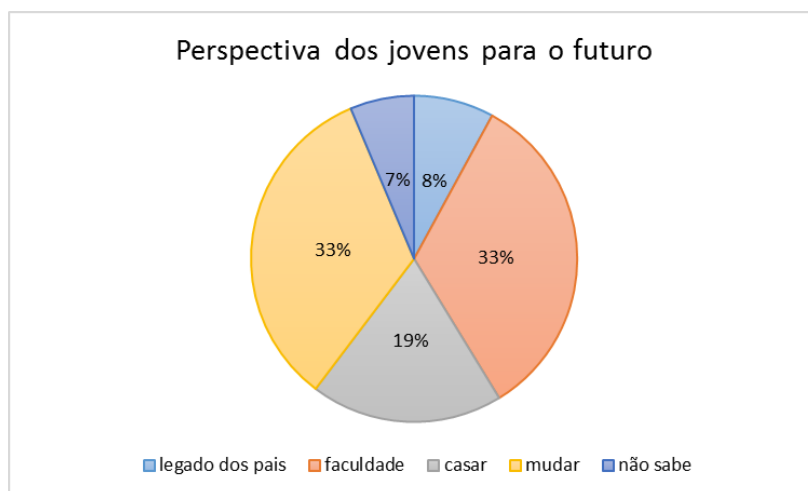


Figura 10: Perspectiva dos jovens para o futuro.

Com relação aos pontos que mais desagradam esse público, apontaram questões como educação e saúde como as mais preocupantes. Já com relação ao que mais os agrada, a natureza veio em primeiro lugar, seguida do clima e da localização, pois, por mais que não vejam muitas possibilidades de crescimento profissional ali, eles revelaram que se sentem privilegiados por residirem em um lugar que as pessoas buscam para visitaçãõ.

Considerando as informações analisadas sobre a questão ambiental e como os 30 jovens entrevistados a veem, primeiro importa dizer que muitos jovens já realizam um trabalho junto com os pais, ou seja, muitos disseram que trabalham como pescadores, marisqueiras ou no comércio, durante todo ano, e a maioria apontou que desenvolve algum tipo de trabalho na alta temporada, quando a região recebe um maior número de turistas. No que diz respeito ao conhecimento da APA, 93% dos jovens disseram desconhecer a existência da mesma, e 7% afirmaram conhecer. Essa porcentagem revela que tanto não há um real desenvolvimento dessas “proteções” prometidas pela Lei 9.985/2000, que prevê a criação, implantação gestão das Unidades de Conservação, bem como um trabalho de Educação Ambiental escolar em defasagem, posto que devesse explorar principalmente a questão da APA como um caso concreto de relação entre a teoria e a prática que a disciplina exige.

Como explica Sato (2002), entre os principais objetivos da Educação Ambiental estão à sensibilização ambiental, compreensão ambiental, responsabilidade ambiental, competência ambiental e cidadania ambiental. Como há variadas formas de inserir essa temática, o importante é que as atividades propostas relacionem conteúdos com atividades fora da sala de aula, produção de materiais ou projetos que envolvam o meio ambiente. Considerando essa compreensão da Educação Ambiental, os jovens moradores da Praia do Guaibim demonstraram em suas falas uma relação afetuosa com aquele lugar, apontando principalmente que não lhes agrada a condição de degradação em que o local se encontra, assim como foi percebida uma conformação implícita de terem que deixar o local por falta de oportunidades de trabalho.

A Educação Ambiental deve ser estruturada e oferecida pelo poder público, por outros atores sociais e políticos à coletividade, de maneira formal ou não. Na APA do Guaibim é pode ser uma oportunidade para desenvolver estratégias que envolvam os jovens, visando à formação ou aprimoramento de sua consciência ecológica. Isso deve acontecer através de atividades que proporcionem a possibilidade de adquirir conhecimentos, valores e atitudes necessários para proteger e melhorar a qualidade ambiental, pois esse tipo de educação pode ser um dos grandes responsáveis por formar sujeitos ecológicos, ou seja, gestores sociais que sejam capazes de compreender política e tecnicamente a crise socioambiental e enfrentá-la a partir da mediação de conflitos e do planejamento de ações.

Guimarães (1995, p. 43) segue apontando que, com relação ao planejamento, os objetivos para a Educação Ambiental se relacionam com um planejamento participativo que segue quatro principais premissas, a saber:

Ato de planejar implica a participação ativa de todos os elementos envolvidos no processo de ensino;
Deve priorizar a busca de unidade entre a teoria e a prática;
O planejamento deve partir da realidade concreta (alunos, escola, contexto social...);
Deve estar voltado a atingir o fim mais amplo da educação.

Daí surge à sugestão de criação e apresentação da temática Educação Ambiental como uma possibilidade para amenizar a degradação ambiental, sobretudo através dos jovens do próprio local que além de sentirem-se incluídos em uma realidade de transformação, ainda encontrariam na teoria aprendida na escola caminhos para sua atuação, em que a relação entre conhecimento, atitude, motivação, envolvimento e habilidade possam despertar o trabalho individual e coletivo em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo realizado foi possível perceber que o meio ambiente vem sofrendo diversas alterações provocadas pela falta de conscientização, sensibilização e envolvimento do ser humano, que é o grande responsável por esta destruição. Essa consciência pela conservação do meio ambiente pode ser construída através de um processo educacional ambiental que vai muito além dos muros da escola, mas que também contemple as disciplinas escolares de forma inter e transdisciplinar, enquanto ferramenta contínua e básica pode contribuir para a superação de problemas ambientais do mundo na atualidade.

As referências estudadas demonstraram ainda, que o turismo como atividade econômica, objetiva o entretenimento e o lazer das pessoas em determinados locais, podendo contribuir tanto para a degradação de espaços que são comumente procurados pelos turistas como as praias nordestinas, por exemplo.

Assim, os estudiosos do assunto ressaltam a necessidade de um ecoturismo ou turismo sustentável, salientando que o processo que envolve o ecoturismo e a conservação de ecossistemas vai muito além de políticas públicas, pois se trata de algo mais profundo. Estuda-se a alteração do comportamento, tanto do turista, quanto daqueles que “fazem o ecoturismo”. Sob esse ponto de vista, a prática do ecoturismo é uma via de mão dupla, ao passo que enriquece o olhar do visitante e do “visitado” e, ao sugerir essa viagem ecoturística com passeios que coloquem, de fato, os que vêm de fora em contato com a biodiversidade.

Em um alinhamento entre teoria e prática, a realização do estudo na APA do Guaibim, tanto a partir da observação do lugar, quanto analisando dados coletados junto aos entrevistados que eram moradores, empresários e turistas daquele local, demonstrou que há a necessidade de renovação ou modificação das práticas turísticas naquele local, posto que no Guaibim exista um potencial turístico que é pouco explorado.

Verificaram-se, também, analisando os questionários dos turistas, que eles gostariam de mais atividades turísticas e de melhorias tais como uma maior capacitação dos funcionários para os serviços oferecidos e de saneamento básico.

Considerando o ponto de vista dos empresários (comerciantes), vê-se que apesar de assegurarem que contribuem para as práticas de conservação ambiental não foi o que se percebeu cruzando as respostas de todos os questionários. Já a comunidade, apesar de não estar totalmente ciente do significado de uma Área de Conservação Ambiental, está interessada em mudanças e na participação do governo local com a melhoria da infraestrutura para receber os turistas, melhoria do acesso a Guaibim e do preparo das pessoas para receber a atividade turística.

As informações obtidas através de questionários, de modo geral, desvelaram um desejo de maior participação do governo local com relação ao descaso com o turismo, bem como, aventaram a possibilidade de saída cada vez maior da população jovem para outras localidades em busca de melhores condições de empregabilidade e precisam ser incentivados a gostar do local onde vivem.

É nesse sentido que essa pesquisa objetivou compreender as potencialidades do local e as demandas percebidas por toda a comunidade, para sugerir mudanças que começam principalmente por parte dos jovens que se mostraram ávidos por soluções que os fizessem permanecerem em sua cidade natal.

Desse modo, como produto final, foi idealizada a criação de oficinas, através de um roteiro, onde os conhecimentos podem ser desdobramentos ou que sejam buscadas, de forma participativa, as sugestões dos jovens, quanto às possibilidades de melhorar o turismo na região, ao mesmo tempo em que a conservação do meio ambiente seja garantida. Com isso, poderá ser gerado um documento, que sirva como base para ações futuros, para contribuir de maneira efetiva para a APA de Guaibim. O objetivo principal é manter os jovens engajados em um projeto que será proveitoso para eles, à comunidade e o turismo local, além de suscitar a participação ativa dos atores envolvidos.

Mesmo que este seja apenas um estudo inicial, foi de grande valia mergulhar com maior profundidade nas questões socioambientais da APA do Guaibim, pois esta é uma região com rica diversidade ambiental, belezas cênicas raras e potenciais. Quando a sua comunidade tomar consciência desse valor e compreender a necessidade de conservar esse espaço, se tornará uma vitrine para os olhos dos turistas que se interessem por um turismo ecológico.

6 RECOMENDAÇÕES

Para a elaboração do produto final resultado dessa dissertação, a metodologia utilizada será foi a abordagem participativa, o já citado Planejamento, Processo, Produto (PPP), pois além de ser muito utilizado pelos educadores ambientais que pretendem a introdução desses princípios, ajuda a determinar as etapas da atividade até sua conclusão (PADUA, TABANEZ e SOUZA, 2006). Assim sendo, as etapas do planejamento, onde se faz o levantamento do perfil da população e do local, o processo que inclui a implantação de estratégias e o produto que seriam as avaliações e divulgações dos resultados são as fases percorridas para a conclusão dessa pesquisa.

[Office4] Comentário: Vc tem que colocar os autores do artigo e não os editores do livro – isso vem nas referências. Acho que é Padua, Tabanez e Souza???

6.1 Desenvolvimento de oficina de educação ambiental através de roteiro de desdobramento

Levando em consideração a necessidade de dinamização da atividade turística na APA do Guaibim e de envolvimento dos jovens, para que não deixem a localidade por falta de oportunidades de trabalho é necessário buscar deles as

possibilidades turísticas do local e sugestões para que essas atividades aconteçam ao mesmo tempo que ocorra a conservação do meio ambiente.

6.2 Planejamento:

- a) Definir o público alvo: em princípio essa atividade pretende atingir jovens da comunidade e, para facilitar esse processo, serão escolhidos estudantes do Colégio Estadual João Cardoso dos Santos. O número será determinado conforme o espaço disponível para a realização do evento. Se for acordado com a escola poderá ser uma atividade que envolva todos os alunos.
- b) Definir, se o projeto será desenvolvido de forma pontual ou continuada. Num primeiro momento, será realizado de forma pontual, mas dividido em etapas: 1ª) diagnóstico ambiental; 2ª) ciclo de palestras; 3ª) levantamento de sugestões.
- c) Definir se será tomado um tema gerador relacionado às questões ambientais locais ou o assunto será desenvolvido de acordo com as solicitações dos participantes. Para esse produto final o tema será “O turismo no Guaibim”.
- d) Elaboração de um projeto para ser apresentado para a escola, contendo os tópicos básicos: um título atrativo, o objetivo que se deseja com essa atividade coletiva e quais as mudanças que se espera após seu desenvolvimento, uma justificativa que demonstre a importância dos atores envolvidos (alunos, professores, palestrantes, dentre outros envolvidos), apresentar, também, uma fundamentação teórica. O projeto é importante como um atrativo para se obter parcerias e por isso deve ser bem embasado. As etapas do projeto devem ser apresentadas em um cronograma, com o tempo definido para cada etapa, mostrando que se busca evitar desperdício de tempo ou superficialidade. As atividades deverão ser descritas, apresentando como serão executadas e por quem.
- e) Deverá ser determinado se será uma atividade interdisciplinar, conforme os docentes interessados e como será a abordagem adotada. É preciso resgatar a história local, recursos naturais, serviços prestados e seus valores, localidades de onde vêm os turistas e o número de visitantes, dentre outros tópicos que podem ser abordados de forma interdisciplinar. Como essa atividade será desenvolvida pelo autor, o tema será tratado de forma geral e interdisciplinar.

[Office5] Comentário: Quais???

Formatado: Recuo: À esquerda: 1,25 cm, Sem marcadores ou numeração

- f) Deverá ser realizada uma avaliação junto aos alunos, para verificar se, em cada etapa do projeto, os objetivos foram alcançados e se mudanças poderão advir dessa atividade e partir desse processo. Assim se dará a avaliação continuada, para garantir o acompanhamento do projeto e sua eficácia.
- g) Apresentação dos resultados através de um documento coletivo escrito pelos jovens, que deverá ser encaminhado aos gestores e comerciantes da localidade. Também poderão ser realizadas apresentações artísticas (cartazes, poemas, teatro, música), conforme o interesse dos jovens, para que possam envolver a comunidade.
- h) Apresentação do projeto para a escola, para que seja aprovado pela direção, e determinação de espaço e número de participantes.
- i) Apresentação do projeto para comerciantes, com o intuito de obter patrocínio e recursos como material de papelaria, camisetas, lanche, brindes, e o que mais for possível.
- j) Apresentar o projeto para possíveis palestrantes que podem ser comerciantes, representantes da associação de pescadores, gestores locais, educadores ambientais, que podem contribuir juntamente com o autor.

6.3 Processo:

1ª Etapa: Diagnóstico ambiental

1. Reunião dos alunos em grupos;
2. Solicitar que listem:
 - a) Os pontos turísticos mais visitados na região que eles conhecem;
 - b) As belezas naturais que ainda são pouco exploradas;
 - c) Os problemas ambientais, econômicos, políticos, culturais que já observaram nessa localidade;
 - d) Danos ambientais trazidos pelo turismo;
 - e) Manifestações culturais que podem atrair turistas para a localidade;
 - f) Benefícios da atividade turística.
3. Autoavaliação dos alunos após compartilharem com os colegas o levantamento de cada grupo e verificar se há um consenso no que eles

elencarem como temas importantes a serem tratados. Com base nisso, priorizar o que é mais importante e representativo para atender aos objetivos propostos.

2ª Etapa: Ciclo de palestras

- a) Apresentação de temas ambientais e empreendedorismo relacionados ao turismo, como forma de capacitar os jovens. Os temas das palestras serão conforme os palestrantes disponíveis, que deverão ser da própria região ou que tragam de outras localidades experiências que sirvam de modelo. Tópicos como pesca, carcinicultura, comércio de artesanato, bares e restaurantes, cultura local, hotelaria, praias, fauna, flora, Unidades de Conservação, trilhas, história da APA do Guaibim poderão ser abordados.
- b) Autoavaliação dos alunos analisando as contribuições dos palestrantes para a formação e a mudança de opiniões em relação aos temas propostos.

3ª Etapa: Levantamento de sugestões

1. Em grupo, novamente, os alunos deverão listar sugestões sobre:
 - a) Soluções para problemas ambientais locais;
 - b) Alternativas de atividades econômicas viáveis relacionadas ao turismo;
 - c) Melhorias locais para atender ao turismo;
 - d) Formas de conservar as áreas naturais utilizadas para visitação dos turistas;
 - e) Sugestões de atividades para desenvolver Educação Ambiental em manifestações culturais e para os turistas em veraneio;
 - f) Alternativas para expandir a Educação Ambiental para toda a população da região;
 - g) Alternativas para manter a atividade turística durante todo o ano e não só no verão.
2. Autoavaliação dos alunos analisando a qualidade das sugestões propostas e sua viabilidade

6.4 Produto:

- a) Elaboração de um documento coletivo apontando os problemas locais identificados pelos alunos e as soluções sugeridas, e apresentação para os gestores e empreendedores locais.
- b) Elaboração de atividades artísticas relacionadas à temática discutida apresentada para a comunidade. Poderão ser feitas exposições de painéis, com os materiais escritos e apresentações orais.
- c) Autoavaliação dos alunos analisando os resultados obtidos e as possibilidades futuras, resgatando as avaliações anteriores, desde a primeira etapa, para verificar se houve construção de conhecimento, mudança de pensamento e acréscimo ou ordenamento de conhecimentos.

Formatado: À esquerda

REFERÊNCIAS

Formatado: Tabulações: 18,25 cm, À esquerda

BAHIA. **Decreto nº 1.164, de 11 de maio de 1992.** Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Guaibim, no Município de Valença e dá outras providências.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Pesquisa Participante.** São Paulo. Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Artigo 225. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: [s.n.], 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 outubro 2015.

_____. **Ecoturismo:** diretrizes para uma política nacional. Grupo de trabalho interministerial, MICT/MMA. Brasília: EMBRATUR/ IBAMA, 1994. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf>. Acesso em: 22 outubro 2015.

_____. **Guia de Políticas Públicas de Juventude, Brasília:** Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. 48 p.: il.

_____. Ministério do Meio ambiente. Diretoria da Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador,** 2005.

_____. **Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas.** / Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. Brasília: UNESCO, 2006.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.** Brasília: 1981.

CANEPA, C. Educação Ambiental: ferramenta para a criação de uma nova consciência planetária. **Revista de Direito Constitucional e Internacional.** São Paulo, v. 12, n. 48, p. 158-166, jul. /set. 2004.

CHARLOT, B.; SILVA, V. A. Relação com a natureza e Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. **Resolução 422 de Março de 2010. Diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental.** Brasília: CONAMA, 2010.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

CUBA, M. A. Educação Ambiental nas escolas. **ECCOM**, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.

DALE, P. Definindo ecoturismo. Para quê? Para Quem? In: MENDONÇA, R. e NEIMAN, Z. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo, Ed. Manole, 2005, pp. 02-16.

FELIZARDO, A.; CRISPIM, . A Educação Ambiental na prática do ecoturismo. **VII ENPPEX**, Campo Mourão, Outubro 2007. 16. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/anais/vii_enppeX/PDF/turismo/01-turismo.pdf>. Acesso em: out. 2015.

FERNANDEZ, C. B.; RODRIGUES, D. C. B.; NUNES, M. B. A.; TELES, M. A. P. Política pública, juventude e sustentabilidade. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n.2, p. 201-217, jul. /dez. 2014. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4949696.pdf>> Acesso em: fev. 2017

FERRARI, A. **Metodologia para proposta de Educação Ambiental**. [S.I.]: CENED, v. CD ROM Agromída Software, 2015.

FOEPEL, A. G. S; MOURA, F. M. T. Educação Ambiental como disciplina curricular: possibilidades formativas. **Revista SBEnBio**, nº 7, 2014.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

_____. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

HOEFFEL, J. L.; VIANA, R. M.; PÁDUA, S. M. A consciência ambiental e os 5 “Es”. In: CASCINO, F.; JACOBI, P.; OLIVEIRA, J. F. (orgs). **Educação, Meio Ambiente e Cidadania**. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

IRVING, M. A. & AZEVEDO, J. (Org.) **Turismo: O desafio da Sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Futura, 2002, pp. 17-34 e 35-45.

IRVING, M. de A.; BURSZTYN, I.; SANCHO A. P.; MELO, G. DE M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 5, (4):1-8, 2005.

KERBAUY, M. T. M. **Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?** Estudos de Sociologia, Araraquara, 18/19, 193-203, 2005. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/123/121>> Acesso em: fev. 2017

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 1996.

[Office6] Comentário: O que vcconsultou foi um artigo nesse livro. Não pode ser assim que vc colioa a referência. Tem que ser Padua, S. ... in nome do livro, e editores que são esses autores... veja como é para aprender, ok?

Excluído: CULLEN Jr, L.; RUDRAN, R.; VALLADRES-PADUA, C. **Métodos de estudos de biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. UFPR.2ed. Curitiba, 2006

- LOPES, E. R. D. N.; STRENZEL, G. M. R. **Mapeamento do uso e ocupação do solo, em ambiente sig, como subsídio ao zoneamento ecológico-econômico da APA de Guaibim**, 2017. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/cbc/trabalhos/6/121/CT06-28_1404275355.pdf>. Acesso em: 9 mar 2017.
- MACHADO, Á. **Ecoturismo**. Um produto viável. A experiência do Rio Grande do Sul. 1. ed. Caxias do Sul: Senac Naional, 2005. 232 p.
- MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Orgs.) **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo, Ed. Manole, 2005, pp. 41-60.
- MENDONÇA, T. C. de. **Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?** 2004. 192p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa EICOS/IP, Rio de Janeiro.
- MENEZES, A. K.; SÁNCHEZ, C. O coletivo jovem de meio ambiente: uma contribuição à política governamental de escolas sustentáveis dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente. **VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental Rio Claro – SP, 2013**. Disponível em <http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0187-1.pdf> Acesso em: fev. 2017.
- NASCIMENTO, E. P. D. **Trajatória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos avançados**, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>>. Acesso em: 2 setembro 2017.
- NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. Turismo em Análise**, São Paulo, V. 11 (2), pp. 98-110, 2000.
- NEIMAN, Z.; RABINVICI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010, 332p.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. 1. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 60 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf>. Acesso em: out. 2015.
- OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença: dos primórdios à contemporaneidade**. Editora Face: Valença – Ba, 2009. 155 p.
- PADUA, S.M. Uma pesquisa em Educação Ambiental. A conservação do Mico-Leão-Preto. In: VALLADARES-PADUA, C.; BODMER, E. **Manejo e Conservação da Vida Silvestre no Brasil**. Brasília: MCT-CNPQ, 1997.

_____. Um caminho ousado e estimulante rumo a um mundo melhor. In: SANTOS, C. P (Coord.). **Educação Ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor.** Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

_____. **Conservation awereness throughan environmental eduction programme in the Atlantic forest of Brazil.** Environmental conservation, 1994. 21(2): 145-151.

_____. **Uma pesquisa em Educação Ambiental: a conservação do mico-leão-preto (*Leontopithecus crysopygus*).** Em manejo e conservação da vida silvestre no Brazil. C. Valadares-Padua e Bodmer (org), Brasília. MCT-CNPq e Sociedade Civil Mamirauá. 1997. P.34-42.

PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F.; SOUZA, M. G. A abordagem participativa na educação para a conservação da natureza. In: CULLEN Jr, L.; RUDRAN, R.; VALLADRES-PADUA, C. **Métodos de estudos de biologia da conservação e manejo da vida silvestre.** UFPR.2ed. Curitiba, 2006

Formatado: Justificado

[Office7] Comentário: O que vcconsultou foi um artigo nesse livro. Não pode ser assim que vc coloca a referência. Tem que ser Padua, S. ... in nome do livro, e editores que são esses autores... veja como é para aprender, ok?

RAMALHO, A. L.; SILVA, B. S.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (orgs.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil.** Barueri, SP: Manole, 2010.

ROCHA, M. D. Unidades de Conservação e Organizações não-governamentais em parceria: programas de Educação Ambiental. In: PADUA, S. ; TABANEZ, M. F. **Educação Abiental. Caminhos Trlhados no Brasil.** Brasília: Ipê, 1997. Cap. 19, p. 283.

ROHDE, M. **Epistemologia ambiental:** uma abordagem filosófica-científica sobre a efetuação humana alopoiética. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

RUSCHMANN, D. V. D. M. **Turismo e planejamento sustentável. Aproteção do meio ambiente.** 11. ed. Campinas: Papirus, 2004.

SANSOLO, D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no Município de Silves, Amazonas. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 1(1):39-50, 2003.

_____. Turismo – Aproveitamento da biodiversidade para a sustentabilidade. In: IRVING, M. A.; AZAVEDO, J. (orgs.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** São Paulo: Futura, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SATO, M. **Educação Ambiental.** São Carlos: RiMa, 2002.

SEABRA, G. F. **Ecossistemas do turismo.O turismo ecológico em áreas protegidas.** 2. ed. Campinas: Papirus, 2004.

SECRETARIA DE CULTURA INDÚSTRIA E TURISMO DE VALENÇA. **Plano de Ação 2007-2008**. Valença, Bahia, 2007.

SILVA, W. G.; HIGUCHI, M. I. G.; FARIAS, M. S. M. **Educação Ambiental na formação psicossocial dos jovens**, Ciênc. Educ., Bauru, v. 21, n. 4, p. 1031-1047, 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v21n4/1516-7313-ciedu-21-04-1031.pdf>> acesso em 01/02/17

SOARES, M. C. A. **Educação Ambiental na escola**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; JUNIOR, L. A. F. **Educação Ambiental como política pública**, Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>> Acesso em: fev. 2017

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. São Paulo: Editora Aleph, 2000.

VALENÇA. **Decreto nº424/2007, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Planície Costeira do Guaibim**. Diário oficial do município, 2007.

VARINE, H. O Ecomuseu. **Ciências e Letras**, n. 27, p. 61-90, 2000.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO PARA EMPREENDEDORES

1. Identificação

1.1 Nome: _____

1.2 Categoria do empreendimento:

1.2.1 Hotel

1.2.2 Bar/ restaurante

1.2.3 Supermercado/ padaria

1.2.4 Agência de turismo

1.2.5 Operadora de transportes

1.2.6 Outros: _____

1.3 Nome do empreendimento: _____

1.4 Função do entrevistado: _____

1.5 Naturalidade: _____

1.6 Formação:

1.6.1 Ensino Fundamental completo incompleto

1.6.2 Ensino Médio completo incompleto

1.6.3 Ensino superior completo incompleto

1.7 Idade:

1.7.1 de 18 a 25 anos

1.7.2 de 26 a 35 anos

1.7.3 de 36 a 45 anos

1.7.4 de 46 a 55 anos

1.7.5 mais de 56 anos

2. Há quanto tempo esse empreendimento está no mercado?

3. Qual a sua intenção em instalar esse empreendimento aqui?

4. Qual o perfil do público atendido pelo seu empreendimento?

5. Há diferença no seu lucro no período de inverno e verão?

- Sim
 Não

Em quantos por cento?

6. Você costuma contratar funcionários na alta estação? Se sim, de onde vêm essas pessoas?

- Sim
 Não

7. Você acha que seu estabelecimento contribui para conscientizar o turista quanto à conservação ambiental da região?

8. Seu estabelecimento contribuiria financeiramente para um programa de Educação Ambiental para moradores da comunidade? Por quê?

9. Em seu empreendimento como é realizado Gerenciamento de Resíduos Sólidos (lixo)?

10. Você recebe algum tipo de crítica de seu público sobre os resíduos sólidos (lixo) na cidade?

11. O que você sabe sobre a APA de Guaibim?

12. Você conhece algumas alternativas de pacotes turísticos para o período de inverno?

13. O que poderia ser feito para melhorar o turismo na região?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO PARA OS JOVENS (ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO)

Identificação

1. Nome: _____
2. Sexo Homem Mulher
3. Idade: _____
4. Série: _____

5. Renda média familiar:
 - 5.1 até um salário mínimo e meio
 - 5.2 de dois e três salários mínimos
 - 5.3 de três a quatro salários mínimos
 - 5.4 mais que quatro salários mínimos.

6. Há quanto tempo você mora na APA de Guaibim?

7. Você trabalha sim não
8. Se sim, em que você trabalha? _____
9. No verão (alta estação), você trabalha? Onde?

10. Você tem filhos? sim não
11. Se sim, quantos? _____
12. Que tipos de lazer/diversão você mais gosta aqui em Guaibim?

--

--

13. O que você menos gosta em Guaibim?

14. O que você acha que está faltando na região?

15. Há algum comportamento dos turistas que não te agrada? Se a resposta for sim, Qual?

16. Com relação à proximidade do verão, você observa mudanças na região?

17. No que seu(sua) pai/mãe, avô/avó trabalha(m)?

18. Você tem interesse em continuar trabalhando no que seu pai/mãe/avô/avó trabalha(m)? Se sim, por que?

--

19. Após terminar o ensino médio, o que você pretende fazer?

20. Você sabe que o Guaibim está dentro de uma APA?

- sim
- não

21. O que você quer do seu futuro?

22. Você gostaria de continuar morando nesta região? () sim () não.
Por que?

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO PARA O TURISTA

Identificação

1- Nome: _____

2- Sexo Homem Mulher

3- Naturalidade: _____

4- Formação:

- Ensino Fundamental completo incompleto
 Ensino Médio completo incompleto
 Ensino superior completo incompleto

5 - Idade:

- de 18 a 25 anos
 de 26 a 35 anos
 de 36 a 45 anos
 de 46 a 55 anos
 mais de 56 anos

6 - Renda média familiar:

- até um salário mínimo e meio
 de dois e três salários mínimos
 de três a quatro salários mínimos
 mais que quatro salários mínimos.

7 - Qual o principal motivo desta viagem?

- Negócios
 Turismo
 Visita a parentes/amigos
 Outros: _____

8 Quanto tempo pretende permanecer na cidade?

- Meio dia
 Um dia
 Uma semana
 Mais de uma semana
 Final de semana
 Outro período _____

9 - Classificar os preços em Adequados, Baixos, Médios ou Altos.

	ITEM	ADEQUADO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	NÃO UTILIZOU
A	Alojamentos					
B	Refeições					
C	Artesanatos					
D	Guias/serviços					
E	Transportes					

10 - Antes de chegar, qual era a sua expectativa em relação aos atrativos da cidade?

- A - () Excelente C - () Regular
 B - () Boa D - () Ruim

11 - Agora que está passando pela cidade, qual sua opinião sobre ela?

- A - () Excelente C - () Regular
 B - () Boa D - () Ruim

12 – Você retornaria a esse destino turístico ou recomendaria a outra pessoa? Se sim, por quê?

13 – Do ponto de vista de Educação Ambiental você acha que as pessoas de Guaibim estão preparadas para receber os turistas?

- () Sim
 () Não
 Por quê?

14 - O que você acha do saneamento básico da localidade?

15 - Há alguma coisa em particular que poderia tornar a cidade mais atraente?

- () Não
 () Sim . O quê?

16 Como você classifica os serviços públicos aqui no Guaibim:

Serviços prestados	Período de Verão		
Policiamento	() ótimo	() bom	() ruim
Coleta de lixo	() ótimo	() bom	() ruim
Qualidade da água	() ótimo	() bom	() ruim
Saúde	() ótimo	() bom	() ruim
Transporte	() ótimo	() bom	() ruim

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO PARA O MORADOR

Identificação

1-Nome: _____

2- Sexo () Homem () Mulher

3-Naturalidade: _____

4-Formação:

- | | | |
|---|-----------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental | <input type="checkbox"/> completo | <input type="checkbox"/> incompleto |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio | <input type="checkbox"/> completo | <input type="checkbox"/> incompleto |
| <input type="checkbox"/> Ensino superior | <input type="checkbox"/> completo | <input type="checkbox"/> incompleto |

5 -Idade:

- de 18 a 25 anos
- de 26 a 35 anos
- de 36 a 45 anos
- de 46 a 55 anos
- mais de 56 anos

6 - Renda média familiar:

- até um salário mínimo e meio
- de dois e três salários mínimos
- de três a quatro salários mínimos
- mais que quatro salários mínimos.

7 – Há quanto tempo reside no Guaibim?

8 – Porque escolheu morar aqui na região?

10 – Qual a sua principal fonte de renda?

11- Sua fonte de renda varia durante o verão com a presença dos turistas?

- Sim
 Não . O quê?
-

12- As condições da cidade são adequadas para receber os turistas? Por quê?

- Sim
 Não. O quê?
-

13 - O que deveria ser feito na cidade para receber melhor o turista?

- Melhorar o acesso à cidade.
 Melhorar a infraestrutura em atrativos naturais.
 Melhorar o nível dos restaurantes.
 Melhorar o nível das hospedagens.
 Outros. O quê?
-

Está tudo ótimo para receber bem os turistas.

14 - Em sua opinião, que tipo de benefícios os turistas podem trazer à cidade?

- Mais oportunidades de negócios.
 Mais renda para a cidade.
 Progresso mais rápido para a cidade.
 Outros. Quais? _____

15 - Você acha que os turistas causam algum efeito negativo na localidade? Se sim, qual (is)?

16 – Você já observou se tem algum órgão de fiscalização ambiental aqui na região? Se sim, como atua?

17 – Como você classifica os serviços prestados pelos órgãos públicos no período da baixa e alta estação:

Serviços prestados	Verão	Inverno
Policiamento	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim
Coleta de lixo	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim
Qualidade da água	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim
Saúde	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim
Transporte	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim